UNI-RN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DO GOVERNO DIGITAL – PROJETO SPED UM ESTUDO DE CASO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE NATAL/RN

Aluno: **Paloma S. Maia Fernandes**
Professor Orientador: **Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.**

Natal/RN
2011

UNI-RN

PALOMA S. MAIA FERNANDES

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DO GOVERNO DIGITAL – PROJETO SPED UM ESTUDO DE CASO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE NATAL/RN

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da FARN, como parte das exigências para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

NATAL/RN
2011

UNI-RN
BIBLIOTECA

Catalogação na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Fernandes, Paloma S. Maia
O Impacto das Tecnologias do Governo Digital - Projeto SPED: um estudo de caso em um escritório de contabilidade de Natal/RN / Paloma S. Maia Fernandes. – Natal, 2012.
58f.

Orientador: Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos (Esp.)
Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Contabilidade – Monografia. 2. Escrituração Digital – Monografia. 3. Nota Fiscal Eletrônica – Monografia. 4. Tecnologia da Informação – Monografia. I. Título.

RN/UNI-RN/BC CDU 657:004

UNI-RN
BIBLIOTECA
NB: 36084
Cód de Barra: M0012945
Data: 29 / 01 / 13

657:004
F363i
2012
ex.01

UNI-RN

PALOMA S. MAIA FERNANDES

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DO GOVERNO DIGITAL – PROJETO SPED UM ESTUDO DE CASO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE NATAL/RN

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da FARN, como parte das exigências para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

APROVADO EM: ____/____/____.

Banca Examinadora

_____

Orientadora: Prof.ª Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos

_____

Prof. 1

_____

Prof. 2

UNI-RN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me conceder a vida e pela persistência em não desistir diante das dificuldades.

A minha família, principalmente meu pai Paulo e minha mãe Socorro, pelo amor, carinho e dedicação durante toda minha jornada.

A minha tia Maria Cele, a quem sempre vi como um exemplo a ser seguido de força e determinação.

A minha orientadora Thereza Angélica, pela paciência e dedicação para que este trabalho pudesse se concretizar.

A todos meus amigos que sempre estiveram comigo, me apoiando e compartilhando os mais diversos momentos da minha vida.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho e que fazem parte da minha vida, a todos os professores da FARN que me acompanharam e que contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me ter concebido o maravilhoso dom da vida, sem o qual não poderia ter chegado até este momento, por iluminar o meu caminho, meu coração e minha mente, por me dar forças e sabedoria para seguir nesta jornada, por me amparar, me proteger, me livrar de todo o mal, e por não ter permitido jamais, que eu desistisse dos meus sonhos, mesmo tendo me deparado com tantos momentos difíceis.

Agradeço aos meus pais, especialmente a minha mãe Socorro, por todo o seu amor e carinho a mim dedicados todos esses anos, por acreditar na minha capacidade, e por sempre me apoiar nos momentos mais difíceis da minha vida.

As minhas irmãs, pelo carinho e compreensão, e a minha prima Jovânia por sempre me apoiar e me incentivar.

A minha tia Maria Cele, a quem sempre vi como exemplo de força e determinação a ser seguido, que sempre me incentivou e acreditou no meu potencial e que nunca me deixou desestimular.

Aos meus amigo Stênio Galvão e Jucelene Carneiro, a quem os considero como sendo parte da minha família e que sempre estiveram comigo, me apoiando nos mais diversos momentos.

A todos os meus amigos de graduação, em especial as minhas amigas e companheiras **Fabijane Karla** e **Ingride Resky**, pelos momentos compartilhados durante todo esse período, pela troca de conselhos, incentivos, por manter a amizade firme, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pelas palavras ditas na hora certa, e pelos momentos felizes, onde compartilhamos muitas risadas e que serão lembradas sempre com muito carinho.

À professora Thereza Angélica, pela sua orientação e dedicação, incentivo durante todo esse período e pelo melhor direcionamento para que este trabalho pudesse se concretizar.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho e que fazem parte da minha vida, e a todos os professores da FARN que me acompanharam e que contribuíram para a minha formação, eu deixo aqui o meu muito obrigada!

"E ainda se vier noite traiçoeira, se a cruz pesada for, Cristo estarás contigo. E o mundo pode até, fazer você chorar, mas Deus te quer sorrindo".

RESUMO

A competitividade do mundo globalizado requer das empresas cada vez mais agilidade e segurança nas informações que são transmitidas aos seus usuários. Para os órgãos fiscalizadores também não é diferente, diante do fluxo de informações e do tempo em que se leva para validá-las, se fez necessário desenvolver um sistema único e padronizado capaz de validar e cruzar as informações de forma que atendesse as três esferas governamentais: estado, município e receita. Diante desse novo contexto na área tributária do Brasil, o presente estudo teve por objetivo analisar os impactos que a adesão do novo sistema (SPED) trouxe aos escritórios de contabilidade. O processo metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho teve uma abordagem de natureza qualitativa, se enquadrando como descritiva e exploratória, onde dos procedimentos adotados foi realizado um estudo de caso limitado a um escritório de contabilidade situado na cidade de Natal/RN. Após a coleta dos dados, os mesmos foram analisados e demonstraram que os impactos expandem-se as várias áreas que estão relacionadas com o processo, ou seja, envolve o contribuinte, TI (Tecnologia da informação) e o profissional contábil. Dos impactos negativos percebidos pelos entrevistados, os mesmos, vão desde o despreparo das empresas desenvolvedoras de softwares, como dificuldades dos colaboradores, em conhecimentos técnicos a cerca do leiaute do arquivo, devido a sua complexidade. Porém, ainda de acordo com a análise dos resultados, foram apontados diversos benefícios oferecidos pelo novo sistema, onde o mesmo proporciona mais confiança nas informações transmitidas, diminuição na concorrência desleal e diminuição de brechas para a evasão fiscal. Após o estudo, concluiu-se que o SPED veio para trazer benefícios à sociedade como um todo, pois melhora a relação entre fisco e contribuinte e destaca a presença do profissional contábil como facilitador no processo de tomada de decisão.

Palavras-Chaves: Sistema Público de Escrituração Digital. Tecnologia da Informação. Contabilidade.

ABSTRACT

The competitiveness of firms globalized world requires more flexibility and security of information that are transferred to its users. For the regulatory agencies is no different, before the flow of information and the time it takes to get them, it became necessary to develop a single, standardized and able to validate the information in a cross that met the three spheres of government : state, county and revenue. In this new context in the tax area of Brazil, this study aimed to analyze the impact that the accession of the new system (SPED) brought to accounting firms. The methodological process used to develop this study was a qualitative approach, framing it as descriptive and exploratory, where the procedure was performed a case study limited to an accounting firm located in Natal / RN. After data collection, they were analyzed and showed that the impacts expand the various areas that are related to the process, ie, the taxpayer involved, IT (Information Technology) and professional accounting. Negative impacts perceived by respondents, the same, ranging from the unpreparedness of the companies that develop software, such as difficulties of employees in technical knowledge about the layout of the file, due to its complexity. But even according to the analysis of the results were pointed out several benefits offered by the new system, where it provides more confidence in the information provided, unfair competition and decrease in the reduction of loopholes for tax evasion. After the study concluded that the SPED came to bring benefits to society as a whole, because it improves the relationship between taxpayer and tax authorities and highlights the presence of the accounting professional as a facilitator in the process of decision making.

Key Words: Public Digital Bookkeeping System. Information Technology. Accounting.

LISTA DE ABREVIATURAS

CST – Código da Situação Tributaria

CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico

DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

ECD – Escrituração Contábil Digital

EFD – Escrituração Contábil Digital

GTIM – Numeração Global de Item Comercial

NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento

PVA – Programa Validador e Assinador

RFB – Receita Federal do Brasil

RICMS – Regulamento do ICMS

SET – Secretaria de Tributação

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

TI – Tecnologia da Informação

XML – Extend Markup Languange

UNI-RN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

1.1CONTEXTO.....11

1.2 OBJETIVOS 13

1.2.1 OBJETIVO GERAL..... 13

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 13

1.3 JUSTIFICATIVA 14

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE.....15

2. REFERENCIAL TEÓRICO 17

2.1 A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA IINFORMAÇÃO 17

2.2 PROJETO SPED (SISTEMA PUBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL 20

2.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA 22

2.3.1 DA INSTITUIÇÃO DO PROJETO NF-E.....22

2.3.2 DO LEIAUTE E FUNCIONAMENTO DA NF-E.....22

2.3.3 DO DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA - DANFE.....24

2.3.4 DA OBRIGATORIEDADE DA NF-E 25

2.3.5 DAS PENALIDADES.....27

2.3.6 DOS BENEFICIOS.....28

2.3.7 O QUE MUDOU COM A NF-E.....28

2.4. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL 29

2.5. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL..... 31

2.5.1 Da Obrigação e Periodicidade da Entrega da EFD.....32

2.5.2 DO MODELO OPERACIONAL.....33

2.5.3 DOS OBJETIVOS.....34

2.5.4 O QUE MUDOU COM A EFD.....35

2.5.5 EFD NO RN.....36

3. METODOLOGIA.....37

3.1 TIPO DE PESQUISA.....37

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....37
3.3 COLETA DE DADOS.....37
3.4 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS.....38
4. ANÁLISE 39
4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS 39
4.2 ANÁLISE DOS DADOS 39
4.2.1 ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA 39
4.2.2 ANÁLISE DOS IMPACTOS GERADOS PELA IMPLANTAÇÃO DO SPED 42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 51
REFERENCIAS.....53
APÊNDICES.....55

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Não é difícil perceber que o mundo, a cada minuto que se passa, torna-se cada vez mais digital. A era da globalização que está acontecendo é uma das mais fantásticas de todos os tempos. Com o uso de novas tecnologias, as informações já são disponibilizadas em tempo real. Com isso, a Tecnologia da Informação vem sendo usada pelas empresas não somente como ferramenta de otimização de processos, mas como grande aliada no processo de gestão empresarial, a fim de garantir a fidedignidade das informações, tornado os processos mais eficazes, além de que, o cruzamento das informações econômico-fiscais está cada vez mais eficiente. Tudo isso em decorrência da necessidade de maior segurança nas informações, melhor controle e qualidade na arrecadação.

Diante dos novos cenários, o fisco não poderia ficar de fora. O projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) instituído pelo Decreto n º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em um grandioso avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

O SPED é composto por vários grandes subprojetos: Sped Contábil (ECD), Sped Fiscal (EFD), Nota fiscal Eletrônica (NF-e), Nota fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Central de Balanços, E-Lalur, E- Pis-Cofins e F-Cont. I e representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

> O SPED consiste na modernização da sistemática do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (Brasil, 2011)

Porém, como tudo o que é novo promove mudanças, neste caso, não poderia ser diferente já que envolve mudanças culturais, organizacionais e tecnológicas.

Sendo assim, fica evidente que os novos cenários obrigam o profissional contábil a estender seus conhecimentos a diversas áreas, principalmente em fazer o bom uso de Tecnologia da Informação a seu favor para atender as novas obrigações impostas pelo fisco. Como também obrigam os contribuintes a se organizarem internamente e principalmente investir em sistemas de informação já que as informações a serem transmitidas serão geradas a partir da sua base de dados e é de sua responsabilidade as informações contida nele.

Portanto, percebe-se que, com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e a adesão das empresas a este, a área da contabilidade sofrerá um intenso processo de mudanças e será necessária uma reestruturação em todos os escritórios de contabilidade que assessoram as mais diversas empresas no Brasil. Os mesmos terão que substituir a sua antiga rotina pela era digital.

Diante desse novo contexto na área tributária do Brasil, surgem vários questionamentos que passam a inquietar os profissionais da área de contabilidade a respeito dessa nova obrigação imposta pelo fisco. Por este motivo este estudo procura analisar: **Quais os impactos gerados pela implantação do SPED para os Escritórios de Contabilidade?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED procurando identificar quais os impactos gerados pela implantação do SPED para os Escritórios de Contabilidade.

1. 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Espera-se ao fim dessa pesquisa poder atingir os seguintes objetivos específicos em relação implantação do SPED:

- Entender a importância da tecnologia da informação para os avanços ocorridos no cruzamento de informações entre contribuintes e fisco;
- Compreender o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, da instituição e obrigatoriedade, seus objetivos e forma de funcionamento;
- Elencar os pontos positivos e negativos com a implantação do novo sistema;
- Evidenciar o papel do profissional Contábil diante das mudanças tecnológicas.

3 JUSTIFICATIVA

Instituído desde 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), já faz parte da rotina de trabalho de muitas empresas, mas ainda sim é assunto polêmico e discutido em vários cenários, seja pelos empresários, escritórios de contabilidade, empresas desenvolvedoras de softwares e todas as outras entidades que estejam envolvidas, ou que precisem se adaptar ao novo sistema.

O presente estudo justifica-se da necessidade de entender a complexidade e importância que a implantação do SPED introduzido pelo Fisco Brasileiro trás a sociedade, a começar pela quebra de paradigmas, já que não se trata apenas de mudanças em normas e leiaute técnicos, mas sim, um novo relacionamento entre Fisco e Contribuintes onde a transparências nas informações será peça-chave para a permanência das empresas no mercado competitivo e no combate a fraudes e a sonegação fiscal.

A pesquisa justifica-se também pela necessidade de enfatizar a importância de se abordar um assunto tão presente nas rotinas de trabalho na área contábil, nas academias de estudo, procurando agregar conhecimentos sobre o tema abordado, já que não há muitas pesquisas na área, a fim de despertar o interesse de alunos e professores, mostrando uma percepção diferenciada, evidenciando o papel do contador como grande aliado para obtenção dos resultados esperados.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE

A empresa na qual será desenvolvido o estudo sobre a temática abordada é um escritório de Contabilidade situado na cidade de Natal/RN, localizado no bairro de Cidade Alta e que já atua no mercado há cerca de 20 anos, onde este, presta serviços de consultoria e Assessoria contábil aos mais diversos tipos de empresas, tanto do ramo de atividade do Comércio, como Indústria e Prestadores de Serviços.

Constituída no início da década de 90 por dois jovens recém formados, estudantes do Curso de Ciências Contábeis, a empresa já passou por grandes processos de transformações, tanto em sua estrutura física, como em seu amadurecimento profissional.

A princípio, a empresa começou em um pequeno prédio, situado na Av. Princesa Isabel. Com o passar do tempo, o número de clientes e de colaboradores foi aumentando e sentiu-se a necessidade de migrar para um lugar mais amplo, que pudesse atender melhor tanto os clientes, como também os funcionários que ali trabalhavam.

Foi então que, no ano de 2006, a empresa conseguiu mudar-se para sua sede própria, em uma central e moderna infra-estrutura com mais de 2 mil m² de área construída, onde conta um amplo auditório, salas de reuniões, estacionamento, e está equipada com o que há de mais avançado em TI (Tecnologia da Informação) para poder proporcionar todo o suporte e segurança em seus serviços especializados.

E faz parte ainda do GBrasil, um grupo que reúne empresas de contabilidade com abrangência nacional, presente em todas as capitais e principais cidades do país, desempenhando entre seus associados o papel de grande articulador de experiências vividas no âmbito do atendimento de excelência a empresas nacionais e estrangeiras de todos os portes e dos mais diversos setores da economia global.

Hoje o quadro societário da empresa, conta com quatro sócios, onde mantém um modelo de gestão moderna, que valoriza ações contínuas, parcerias estratégicas e a qualificação profissional, através da gestão de competências. Outra grande preocupação é a melhoria constante de seu parque tecnológico, refletindo-se na oferta de uma assessoria empresarial de alto nível.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

São nítidos os avanços da Tecnologia da Informação principalmente com a propagação da internet e os avanços na área da Informática, que introduzem nas empresas, uma nova metodologia de trabalho fazendo com que o profissional contábil diversifique seus conhecimentos a outras áreas e exigindo deste maior capacitação, para poder atuar como agente facilitador no processo de tomada de decisão empresarial.

Ao pesquisarmos sobre definições e conceitos de TI, com a finalidade de obter com maior precisão o que seria essa terminologia tão presente em nossos dias e que abrange as mais diversas áreas que dela dependem para se executar desde as tarefas mais simples até as mais sofisticadas, encontramos a seguinte definição:

> O termo Tecnologia da Informação serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Também é comumente utilizado para designar o conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, bem como o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas. (Alicson, 2009).

Porém, para obtermos maior compreensão e até mesmo para chegarmos a uma visão macro da evolução da Tecnologia, é interessante observar a jornada que a mesma percorreu ao longo do tempo, desde o início até os dias atuais. Como por exemplo, segundo o que relata Machado (1986, p.39-40) citado por Naiana, vários acontecimentos marcaram o desenvolvimento tecnológico, dentre eles vale destacar:

- A invenção da calculadora de Pascal em 1642, que através de procedimentos ainda rudimentar, com ganchos para digitação dos números efetuava as operações de soma e subtração.

- Em 1812, o matemático Babbage dá um segundo passo quando ao consultar tabelas de logaritmos percebeu a existência de erros e decidiu construir uma máquina para computar tabelas matemáticas. Ele só não esperava que ao criar comandos específicos, sua máquina não se comportasse apenas como uma simples calculadora, mas como uma máquina analítica que podia ser programada, tanto que em 1859 quando finalmente foi construída foi adotada por várias empresas e companhias de seguros.

- A partir de 1940, surge na história da humanidade os primeiros computadores eletrônicos, do tamanho de uma sala inteira e

trabalhando através do uso de válvulas, conhecidos como os computadores de primeira geração. No fim da década de 50, com o advento dos transistores surge os computadores de segunda geração, cujo período vai de 1955 a 1965.

- Em 1965, com o surgimento do circuito integrado, um componente eletrônico que contém vários transistores integrados em um único componente, começa a terceira geração de computadores. Esse com melhor acesso e significativamente menor que o das gerações anteriores, possibilitando compartilhar o mesmo espaço que os profissionais ocupam nos escritórios e nas empresas.

- Em 1970, a INTEL lança nos EUA, o primeiro microcomputador conhecido como 8008.

Com isso, observa-se que ao longo do tempo o processo de desenvolvimento tecnológico sofreu grandes transformações que de fato marcaram a história da humanidade, dando inicio a era da globalização, já que todo esse desenvolvimento envolve valores econômicos, sociais, culturais e políticos.

Hoje, com tantos artifícios, nos tornamos cada vez mais dependentes dessas tecnologias, onde podemos ter acesso às informações de maneira rápida, e em tempo real é possível manter conversação com pessoas do outro lado do mundo, seja por meio de telefones móveis, redes sociais via internet e outras formas de tecnologias que antes pareciam ser apenas pensamentos futurísticos.

Dessa forma observa-se que ela afeta também o cenário de trabalho das empresas de forma geral, por meio de processamento de dados de forma eletrônica, cruzamentos de informações, eliminação de papel impresso etc. é possível tornar os processos menos burocráticos, sem contar na agilidade e na segurança que a TI vem proporcionando aos seus usuários, sendo considerada como ferramenta estratégica por muitas organizações.

Para Denis (2002), a Tecnologia da Informação (TI) e seus emergentes recursos evoluíram muito nesses últimos 45 anos, favorecendo a formação das pessoas e repercutindo na gestão dos negócios. A evolução integrada dessa tríade (TI, pessoas e gestão), por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento de organizações inteligentes, que se caraçterizam pela disponibilidade de sistemas de informações de apoio aos processos decisórios operacionais, gerenciais e estratégicos, com reflexos diretos nos resultados das empresas.

Diante desse contexto, percebe-se que com a Contabilidade também não é diferente, ao mesmo tempo em que a Tecnologia vem se aperfeiçoando é natural que todos aqueles que fazem uso dela também tenha que se aperfeiçoar.

Com as constantes mudanças no âmbito econômico, político, social, tecnológico e tributário, o que afeta diretamente a estrutura organizacional das empresas, o profissional contábil vem assumindo diversos desafios e até mesmo novas responsabilidades já que este deve ser direcionador e facilitador de decisões empresariais, portanto deve estar atento e sempre a procura de alternativas que possam agregar valor ao desenvolvimento da sua função.

Nota-se então, que, se por um lado a tecnologia é capaz de proporcionar sistemas avançados e eficientes, onde é possível processar grandes volumes de informações de maneira ágil e segura, por outro lado é necessário um profissional capaz de interpretar, analisar e gerenciar essas informações de maneira direcionadora, concluindo que se tem um casamento praticamente perfeito entre contabilidade e TI.

Essa percepção da necessidade de investimentos em TI e na capacitação por parte dos profissionais contábeis está cada vez mais forte, principalmente com a pressão que o Governo vem impondo com a implantação do novo Sistema Público de Escrituração Digital, em que este:

> Consiste na modernização da sistemática do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (Brasil, 2011)

Com isso, verifica-se que a evolução tecnológica impacta diretamente na contabilidade, e que tantas inovações exigem que o perfil do contador tenha que se adaptar, tornando-o um profissional dinâmico com aprendizagem continua capaz de extrair ao máximo, experiências que possam agregar de forma positivas conhecimentos e melhorias no desempenho de sua função.

2.2 PROJETO SPED (SISTEMA PUBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL)

No Brasil, devido aos variados segmentos econômicos existentes, a forma de tributação das empresas varia de acordo com seu tipo de atividade econômica, podendo elas ser tributadas pelo Lucro Real, Lucro Presumido e Lucro Arbitrado, onde estas estão regulamentadas pelo imposto de renda, decreto nº 3.000/1999, e pelo Simples Nacional regulamentado pela Lei 123/2006.

Mesmo dentro de um tipo de tributação, dependendo da atividade de determinada empresa, pode ainda haver outras particularidades como: incentivos fiscais, regimes especiais de tributação, isenção, suspensão e outros tipos de benefícios que precisam ser analisados de forma criteriosa, pois isso impacta diretamente no valor do imposto a ser recolhido.

Acontece que, mesmo com o número de obrigações acessórias transmitidas aos órgãos fiscalizadores, existia uma deficiência em cruzar as informações transmitidas pelos contribuintes, onde pelo volume de papel, em casos de fiscalizações as mesmas eram feitas por amostragem, dessa forma, dando espaço para a sonegação e à evasão fiscal.

Com isso o governo federal começar a traçar novas estratégias. Diante do fluxo de informações e do tempo em que se leva para validá-las se fez necessário desenvolver um sistema único e padronizado capaz de validar e cruzar as informações de forma que atendesse as três esferas governamentais: estado, município e receita.

Foi assim que, no ano de 2007, por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 ficou instituído o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

É um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (art. 2 do Decreto nº 6.022/07).

O projeto Sped é dividido em vários subprojetos, sendo eles: Sped Contábil (ECD), Sped Fiscal (EFD), Nota fiscal Eletrônica (NF-e), Nota fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Central de Balanços, E-Lalur, E- Pis-Cofins e F-Cont. onde cada subprojeto possuí sua estrutura própria.

O Projeto do Sistema Público de Escrituração Digital que faz parte do Programa de Aceleramento do Crescimento Governo Federal (PAC 2007-2010) tem sido um dos assuntos mais discutidos e abordados na área contábil, fiscal e tecnológica devido a sua riqueza e complexidade nas informações.

Em quatro anos, desde que foi instituído pelo Decreto nº 6.022, pode-se dizer que o mega projeto do governo federal já é uma realidade vivenciada por muitas empresas e tido como grande revolucionador na relação entre fisco e contribuintes.

Além de promover maior integração entres os fiscos, padronizar e melhorar a qualidade das informações transmitidas aos órgãos fiscalizadores, por meio de leiaute único e padronizado, o novo sistema prevê inúmeros benefícios como redução do custo Brasil, simplificação e redução das obrigações acessórias, redução de custos devido à eliminação de papel, já que os livros fiscais têm existência apenas digital, entre outros;

Um dos grandes entraves para poder usufruir dos benefícios oferecidos pelo SPED é a fase de adaptação, ocorre que muitas empresas ainda realizam seus processos de forma praticamente manual, e o novo sistema requer um mix de informações de interesse do fisco, que para isso é necessário um grande trabalho de reestruturação, nesse momento destaca-se a atuação do profissional contábil, como agente facilitador e orientador dos procedimentos a serem adotados, sem prejuízo de estar em desacordo com á legislação vigente.

Outro ponto é que com regras claras e objetivas, o SPED privilegia a gestão fiscal de forma eficiente, promovendo um ambiente de concorrência leal, inviabilizando a sonegação fiscal e a corrupção.

A obrigatoriedade ao SPED, como um todo, ou de forma individual por seus subprojetos, tem se dado de forma gradativa, para que dessa forma os contribuintes possam se planejar e se organizar internamente para poder cumprir com as novas obrigatoriedades impostas pelo governo.

2.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA

2.3.1 DA INSTITUIÇÃO DO PROJETO NF-E

A Nota Fiscal Eletrônica que é um dos subprojetos do SPED, sendo ela pioneira dentre os demais, têm se revelando grande sucesso, e como projeto maduro e consolidado em todo o país, na qual foi instituída oficialmente pelo Ajuste SINIEF 07/05, e desde então tem facilitado muito a vida do contribuinte, que pode consultar os dados da NF-e antes mesmo da circularização da mercadoria.

Conforme AJUSTE SINIEF 07/2005, sobre a instituição da Nota Fiscal Eletrônica:

> Cláusula primeira. Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:
>
> I - à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;
>
> II - à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.
>
> § 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Com isso surge um novo modelo a nível nacional de documento eletrônico, substituindo a sistemática que até então vinha sendo adotada, caracterizada pelo volume de emissão de documento fiscal em papel (geralmente as notas fiscais eram emitidas por talões ou formulários contínuos, onde era preciso ser impresso em 4 vias, em que o novo modelo eletrônico tem a validade jurídica garantida pela assinatura digital conforme Medida Provisória 2.200-2/2001.

2.3.2 DO LEIAUTE E FUNCIONAMENTO DA NF-E.

Ainda de acordo com o AJUSTE SINEIF 07/05 o leiaute para emissão da nota fiscal eletrônica é estabelecido conforme sua cláusula terceira:

> Cláusula terceira. A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no "Manual de Integração - Contribuinte", por meio de

software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária, observadas as seguintes formalidades:

I - o arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

II - a numeração da NF-e será seqüencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;

III - a NF-e deverá conter um "código numérico", gerado pelo emitente, que comporá a "chave de acesso" de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NF-e;

IV - a NF-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

V - A identificação das mercadorias comercializadas com a utilização da NF-e deverá conter, também, o seu correspondente código estabelecido na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, nas operações:

a) realizadas por estabelecimento industrial ou a ele equiparado, nos termos da legislação federal;

b) de comércio exterior.

Dessa forma, a empresa emissora da NF-e gera um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, ou seja, informações do emitente e destinatário, produtos, alíquotas, imposto (se houver) e outras informações acobertadas pela legislação vigente e de interesse do fisco. Esse arquivo em formato XML (Extended Markup Language) é o que corresponde a NF-e na qual é ele que detém a validade jurídica garantido pela assinatura digital.

No que se trata do arquivo digital em formato XML, em relação a sua utilização como documento fiscal:

> Cláusula quarta. O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:
>
> I - ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula quinta;
>
> II - ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, nos termos da cláusula sexta.
>
> § 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

> Nova redação dada ao § 2º da cláusula quarta pelo Ajuste SINIEF 08/07, efeitos a partir de 01.11.07.
>
> 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem também o respectivo DANFE, impresso nos termos da cláusula nona ou décima primeira, que também não será considerado documento fiscal idôneo.
>
> § 3º A autorização de uso da NF-e concedida pela administração tributária não implica validação das informações nela contidas.

Porém, antes de iniciar o processo de emissão da NF-e é preciso certifica-se de que a empresa esteja credenciada em sua unidade federada como emissor de NF-e Podendo ela ser credenciada de oficio, ou seja, porque realmente está obrigada a emissão da NF-e, ou pode ser credenciada como voluntária, uma vez credenciada seja por oficio ou como voluntária, não poderá mais emitir nota fiscal no modelo 1 ou 1-A.

Após o recebimento da NF-e, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consulta, através Internet, para o destinatário e outros interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico. Este mesmo arquivo da NF-e será ainda transmitido através da Secretaria de Fazenda Estadual para a Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas, conforme cláusula oitava do AJUSTE SINIEF 07/05:

> **Cláusula oitava** Concedida a Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir a NF-e para a Receita Federal do Brasil.
> § 1º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá transmitir a NF-e para:
> I - a unidade federada de destino das mercadorias, no caso de operação interestadual;
> II - a unidade federada onde deva se processar o embarque de mercadoria na saída para o exterior;
> III - a unidade federada de desembaraço aduaneiro, tratando-se de operação de importação de mercadoria ou bem do exterior;
> IV - a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, quando a NF-e tiver como destinatário pessoa localizada nas áreas incentivadas.

2.3.3 DO DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DANFE

Para acompanhar o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulada DANFE

(Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), geralmente em papel comum, em única via. O DANFE conterá impressos, em destaque, a chave de acesso e o código de barras linear tomando-se por referência o padrão CODE-128C, para facilitar e agilizar a consulta da NF-e na Internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e contribuintes destinatários. (Manual do Contribuinte, pag. 11).

O DANFE e a NF-e foram instituídos pelo mesmo ajuste SINIEF 07/05 onde em sua cláusula nona torna claro que:

> **Cláusula nona.** Fica instituído o Documento Auxiliar da NF-e - DANFE, conforme leiaute estabelecido no 'Manual de Integração - Contribuinte', para acompanhar o trânsito das mercadorias acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta da NF-e, prevista na cláusula décima quinta.
>
> Nova Redação dada ao § 1º pelo Ajuste SINIEF 04/06, efeitos a partir de 12.07.06.
>
> § 1º O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, ou na hipótese prevista na cláusula décima primeira.

Porém, vale ressaltar que o DANFE não é uma nota fiscal, nem substitui uma nota fiscal, servindo apenas para acompanhamento da mercadoria e para consulta da autenticidade da NF-e por meio da chave de acesso impressa.

2.3.4 DA OBRIGATORIEDADE DA NF-E

A nota fiscal eletrônica foi instituída oficialmente pelo AJUSTE SINIEF 07/05, porém sua obrigatoriedade se deu de forma gradativa, ficando facultadas as unidades federadas estabelecer a obrigatoriedade para emissão da NF-e conforme cláusula primeira do referido ajuste.

> **Cláusula primeira** § 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS, o qual será dispensado na hipótese de contribuinte inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada."
>
> "§ 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o protocolo previsto no § 2º, as unidades federadas poderão utilizar critérios

> relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da operação por eles exercida."

Dessa forma percebe-se que a maioria das unidades federadas impuseram a primeiro momento a obrigatoriedade para emissão da NF-e pelo tipo de atividade, conforme quadro exposto pelo o professor Roberto Dias Duarte, autor do Livro *Big Brother Fiscal, o Brasil na era do Conhecimento apresenta a tabela "As Quatro Ondas da Emissão da NF-e"*, onde podemos analisar os principais segmentos obrigados.

Quadro 1. As quatro ondas da Emissão da NF-e

1ª ONDA	2ª ONDA	3ª ONDA	4ª ONDA
Abr/2008 850 empresas	Dez/2008 2.500 empresas	Abr/2009 5.000 empresas	Set/2009 15.000 empresas
Combustíveis Cigarros	Veículos Cimentos Farmacêuticos Bebidas Energia Elétrica Siderúrgicas	Importadores de Automóveis Autopeças Derivados do Petróleo Alumínios Vasilhames e PET Tintas e Vernizes	Fabricantes de Papel Fáb. E Imp. de Componentes Eletrônicos. Fáb. E Imp. De Mídias Virgens, Magnéticas e Ópticas. Atacadista de Café em Grãos Atacadista de defensivos Agrícolas Fabricantes de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas.

Fonte: Adaptado a partir de Duarte (2011).

Segundo o sítio da Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria Estadual do Rio Grande do Norte, até o dia 07/06/2011 foram autorizadas **19.851.145** notas fiscais eletrônicas o que representa um total em reais **R$ 187.190.585.137,37.**

Segundo o Regulamento de ICMS do RN, em seu art. 425-Y:

> Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações (Prot. ICMS 42/09 e 85/10): **(NR dada pelo Dec. 21.820, de 2/08/2010)**

I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; **(NR dada pelo Dec. 21.820, de 2/08/2010)**

II - com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; **(NR dada pelo Dec. 21.820, de 2/08/2010)**

III - de comércio exterior. **(NR dada pelo Dec. 21.820, de 2/08/2010)**

2.3.5 DAS PENALIDADES

Caso o contribuinte esteja obrigado ou que tenha se credenciado voluntariamente à emissão da NF-e fica vedada a emissão de notas fiscais modelo 1, conforme artigo 425-C, § 4º, RICMS/RN

As penalidades aplicáveis são expostas conforme artigo 340 do RICMS/RN

III- relativamente à documentação fiscal e à escrituração:

a) entregar, remeter ou transportar mercadorias e prestação ou utilização de serviço sem documentação fiscal ou sem o selo ou guia de trânsito fiscal, nos termos do Regulamento: trinta por cento do valor comercial da mercadoria, considerando como infrator o transportador;

b) receber, estocar ou depositar mercadoria desacompanhada de documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea, nos termos do regulamento: trinta por cento do valor comercial da mercadoria;

c) emitir, utilizar ou escriturar nota fiscal inidônea ou irregular, nos termos do Regulamento: trinta por cento do valor da mercadoria, consignada no documento fiscal inidôneo ou irregular;

Por seu turno, o destinatário que receber mercadoria desacompanhada de *NF-e* será imputada penalidade por transporte/recebimento de mercadoria desacompanhado de documento fiscal hábil, com a aplicação de multa equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do valor indicado no documento como o da operação ou prestação, sem prejuízo do recolhimento da importância creditada e da anulação da respectiva escrituração, nos termos do art. 527, inciso II, alínea "a" do Regulamento do ICMS/SP.

2.3.6 DOS BENEFÍCIOS

Muitos benefícios são apresentados com a emissão da NF-e. No portal da Nota Fiscal Eletrônica, os benefícios são os seguintes:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

2.3.7 O QUE MUDOU COM A NF-E

Muitos beneficios são expostos no sitio do Portal Nacional da NF-e, e os mesmos já foram amplamente discutidos em palestras sobre o tema, pelos desenvolvedores de softwares, por empresários e o próprio fisco como defensor do seu projeto, acontece que além de promover um modelo nacional de documento eletronico, a NF-e pode ser considerada como o primeiro passo ao combate à sonegação fiscal. Pois a mesma engloba um mix de informações que a nota fiscal convencional não seria capaz de atender, e mesmo que fosse, só o fato de ser impressa em papel o tempo que se levaria para validar tais informações não atenderia de forma eficaz.

Com a NF-e ao simples fato de emiti-la virtualmente o contribuite já diz para quem está vendendo, qual o produto, quanto que ele vai pagar de imposto, sem contar que a NF-e contém informações que possibilitam o melhor controle e rastreamento de produtos, pois detém uma riqueza de informações fiscais muito grande, como por exemplo o NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), CST (Código da Situação Tributária) e agora por força do Ajuste SINIEF nº. 16/10 que torna obrigatório o preenchimento dos campos do CEAN e CEANTRIB, ou seja, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Numeração Global de Item Comercial), dessa forma pode-se rastrear o produto em toda a cadeia de suprimentos.

Aqui mesmo no Rio Grande do Norte, a SET/RN tem realizado operações de acompanhamento das notas fiscais eletrônicas emitidas para nosso estado, mas que não tiveram seu devido registro nos Postos Fiscais, ou seja, não iriam recolher o imposto procedente de operações interestaduais onde se recolhe basicamente a diferença de alíquota ou o chamado ICMS Antecipado. Antigamente muitos caminhões desviavam sua rota para não passar no Posto Fiscal e conseqüentemente não recolher o imposto, isso levava um tempo, até ser descoberto, porém, como a SET/RN já tem as informações das notas emitidas para o RN ela mesma está fazendo o acompanhamento, e para as notas que não foram registradas pelos Postos Fiscais são lançadas o débito automaticamente na Unidade de Tributação Virtual como Denuncia Espontânea.

Isso mostra que o fisco de uma forma geral vem agindo de forma preventiva ao combate à sonegação, dando oportunidade para os contribuintes a se organizarem e de certa forma impondo que eles trabalhem de forma correta, pois só assim será possível promover uma concorrência de mercado justa, onde todos terão as mesmas possibilidades.

2.4 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

É a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital - ECD, também chamada de SPED-Contábil. Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários,

Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007, estão obrigadas a adotar a ECD em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009) em relação aos fatos contábeis desde 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

Para as demais sociedades empresárias a ECD é facultativa.

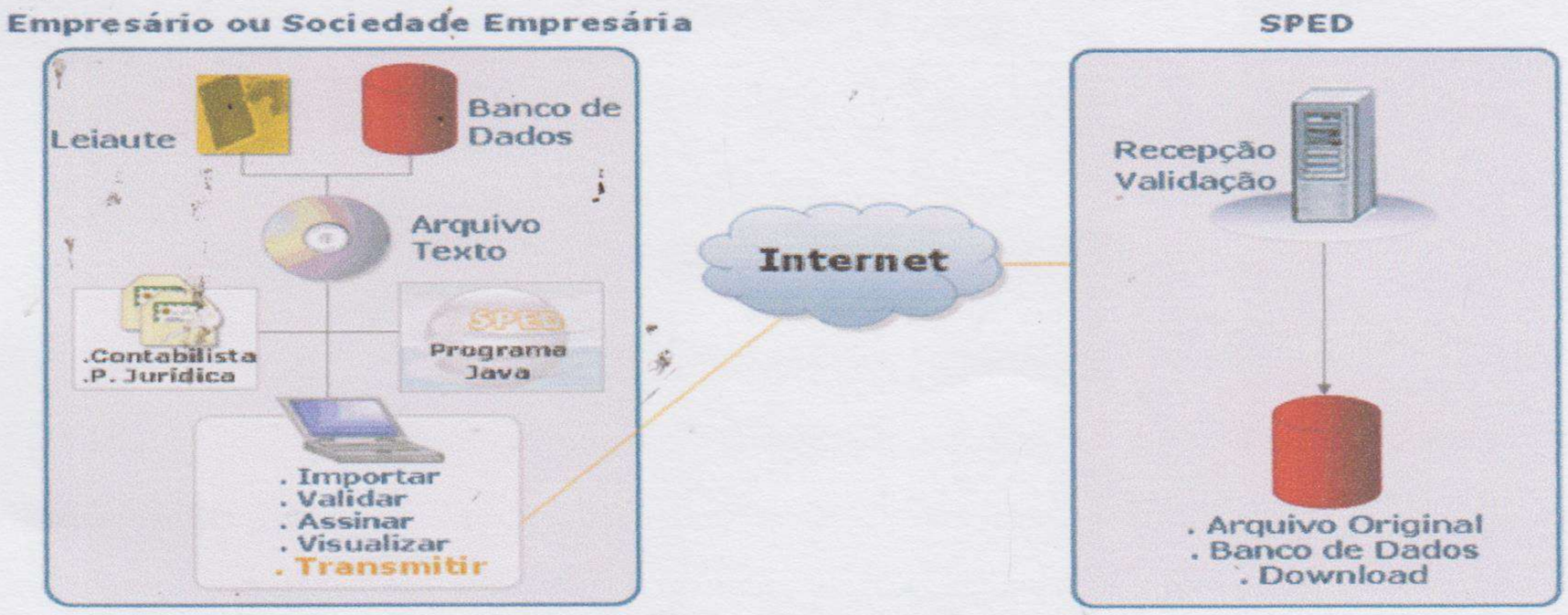
As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

Assim como a Escrituração Fiscal EFD, este arquivo também será submetido ao Programa Validador e Assinador – PVA fornecido pelo Sped.

A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gerará um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB nº 787/07.

Para maior visualização de como se da o processo de transmissão da ECD observe o processo operacional abaixo:

Figura 1. Processo de transmissão da ECD



Fonte: Manual de nota fiscal eletrônica

Validação do arquivo contendo a escrituração; Assinatura digital do livro pela(s) pessoa(s) que têm poderes para assinar, de acordo com os registros da Junta Comercial e pelo Contabilista; Geração e assinatura de requerimento para autenticação dirigido à Junta Comercial de sua jurisdição. Para geração do requerimento é indispensável, exceto para a Junta Comercial de Minas Gerais, informar a identificação do documento de arrecadação do preço da autenticação.

2.5 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

De acordo com o Convênio ICMS 143/2006 fica instituído oficialmente a Escrituração Fiscal Digital (EFD). A EFD que também é um dos subprojetos do Sistema Público de Escrituração Digital, na qual consiste basicamente na substituição da sistemática de escrituração fiscal atual, caracterizada pela impressão de volumosos livros de Entradas, Saídas, Apuração de ICMS e Livro Registro de Inventário, pela adoção da nova sistemática introduzida pelo Sped, onde os livros passam a ter existência apenas digital.

> **Cláusula primeira:** Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Com isso toda a movimentação fiscal referente às operações de entradas e saídas que caracteriza a apuração de ICMS e/ou IPI serão transmitidas a Secretaria da Receita Federal, em sua forma digital ao ambiente SPED, com a validade jurídica também garantida pela assinatura digital. Porém, mesmo assim deverá manter a guardar dos documentos que originaram a geração do arquivo, conforme parágrafo único, do respectivo convênio 143/06.

> **Parágrafo único**. O contribuinte deverá manter o arquivo digital da EFD, bem como os documentos fiscais que deram origem à

> escrituração, na forma e prazos estabelecidos para a guarda de documentos fiscais na legislação tributária, observados os requisitos de autenticidade e segurança nela previstos.

Assim como o SPED como um todo, a Escrituração Fiscal Digital prevê uma maior integração com o fisco, garantindo a confiabilidade das informações transmitidas, maior controle fiscal, agindo como ferramenta fiscalizadora no combate à sonegação fiscal e até mesmo reduzir o número de obrigações acessórias existentes, o que causa muitas vezes repetição das informações transmitidas.

2.5.1 DA OBRIGATORIEDADE E PERIODICIDADE DA ENTREGA DA EFD

Quanto à obrigatoriedade o mesmo Convênio ICMS n° 143 estipula:

> **Cláusula terceira** A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
> § 1º O contribuinte poderá ser dispensado da obrigação estabelecida nesta cláusula, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal.

Assim como os demais subprojetos a obrigatoriedade da EFD se dá de forma gradativa, a partir de 1º de janeiro de 2009, poderá ser exigida de todos os contribuintes de ICMS e/ou IPI, de acordo com os cronogramas a serem estabelecidos pelas Secretarias de Fazenda estaduais e Receita Federal do Brasil, conforme dispõe a cláusula terceira do Ajuste SINIEF – CONFAZ nº 02/09.

Em Setembro de 2010 a Secretaria Estadual de Tributação do Rio Grande do Norte emitiu a Portaria Nº 090/2010-GS/SET, ficando obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD), a partir de 1° de janeiro de 2011, todos os estabelecimentos inscritos sob o regime de pagamento normal do ICMS, ainda não obrigados à EFD.

Os arquivos da EFD devem ser apresentados mensalmente e devem apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, no caso do Rio Grande do Norte a EFD deve ser apresentada até o dia 15 do mês subseqüente ao mês do fato gerador.

2.5.2 DO MODELO OPERACIONAL

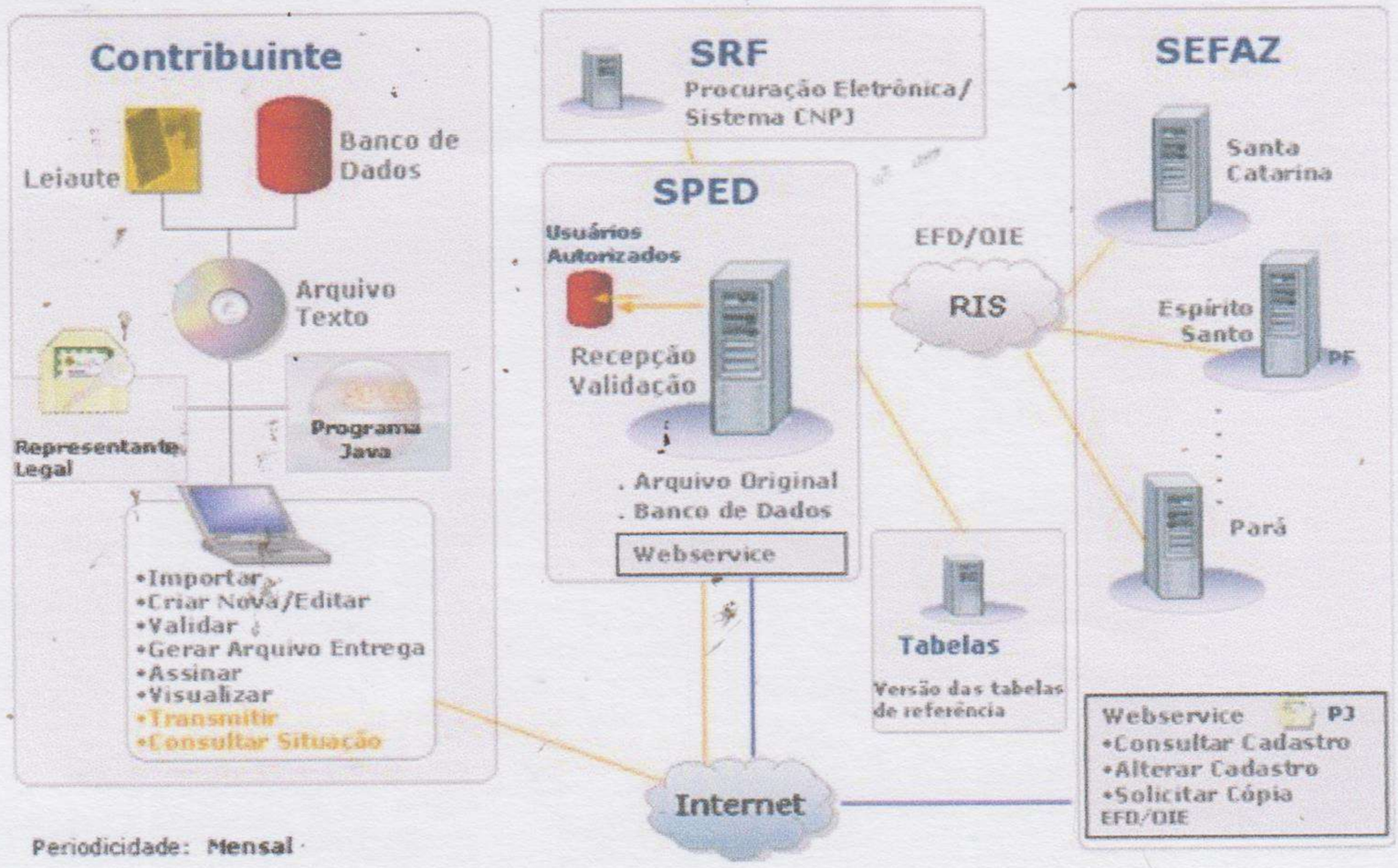
A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo Sped. (Brasil, 2011)

O arquivo eletrônico deverá conter todas as informações que digam respeito às operações e prestações ocorridas no mês de competência, inclusive a apuração do valor do imposto a recolher ou do saldo credor a transportar para o período seguinte acompanhado da assinatura digital do contribuinte e de todas as informações relativas às eventuais situações de exceção na tributação do ICMS, tais como isenção, imunidade, não-incidência, etc.

O arquivo digital da EFD deverá ser submetido à validação de consistência de leiaute mediante o uso do PVA – Programa de Validação e Assinatura, que verificará a consistência aritmética e da estrutura lógica das informações do arquivo em face das especificações técnicas obrigatórias, antes do envio do arquivo a Secretaria da Fazenda.

Segundo a SET/RN, o modelo operacional pode ser ilustrado conforme figura abaixo:

Figura 2. Modelo operacional EFD.



Fonte: SET/RN

A partir da base de dados do contribuinte, e em posse do certificado digital, gera o arquivo em formato txt, importa para o PVA, valida, gera para a entrega, assina e transmite via internet. Após a transmissão o arquivo vai para o banco de dados do SPED e será distribuído para os órgãos autorizados.

A Secretaria de Estado da Tributação do RN responde, em sua cartilha de perguntas e respostas o que consiste o Sistema Público:

> (...) o que caracteriza substancialmente o SPED como um sistema Público é sua finalidade pública, ou seja, o SPED visa a atender ao interesse Público, não apenas dos Fiscos, nem tampouco somente dos contribuintes, mas, precipuamente, o primário da administração pública, que é o interesse da sociedade, haja vista que lhe traz enormes benefícios, dentre os quais destacam-se a redução do Custo Brasil, bem como a preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

2.5.3 DOS OBJETIVOS

Os objetivos apresentados no sitio do Sped no site da Receita são os seguintes:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que a contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;

- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do "Custo Brasil;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

2.5.4 O QUE MUDOU COM A EFD

Assim como os demais subprojetos a Escrituração Fiscal Digital tem seus lados positivos e talvez negativos. Acontece que a EFD pode causar maior impacto para aceitação por partes dos contribuintes e até mesmos para os escritórios de contabilidade, é que a riqueza de informações é muito grande, sem contar que requer um nível de conhecimento técnico muito elevado, já que o leiaute do arquivo é dividido por blocos, e cada bloco detém um mundo de informações, onde os registros estão divididos entre pais e filhos, como por exemplo, o Bloco C que trata documentos fiscais (mercadorias), é necessário não só informar os totalizadores das notas fiscais, mas sim, item a item, valor de desconto rateado por item, NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), CST (Código da Situação Tributária) e outras informações de interesse do fisco.

Acontece que nem todas as empresas estão preparadas para o Sped, até mesmo as empresas desenvolvedoras de softwares se sentiram surpreendidas com tamanha complexidade, e em um prazo curto, todos devem adaptar seus sistemas para atender a nova obrigação imposta pelo fisco.

Nesse sentido tem se evidenciado o papel do profissional contábil como grande articulador para o bom desenvolvimento e implantação do SPED, mesmo apresentando-se como o grande desafio, junto com o profissional de TI o profissional

contábil tem se mostrado como peça fundamental para que obtenção de um resultado positivo, mas para isso é preciso também, estar qualificado.

Contudo, tanto o SPED como a EDF prevê diversos benefícios não só para o fisco como para a sociedade como um todo. E para algumas empresas que já estavam obrigadas a entrega da EFD o grande segredo é estar estruturado internamente.

2.5.5 EFD no RN

A princípio a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital no Rio Grande do Norte iniciou em 2008 através da Portaria de nº 109/08-GS/SET onde estabeleceu a obrigatoriedade à EFD para 63 contribuintes relacionados no anexo único da mesma portaria, a partir de 1º janeiro de 2009.

Já em 2009 a SET/RN emite a Portaria nº 054/09-GS/SET relacionando uma listagem bem maior que a primeira, basicamente 649 contribuintes obrigados a EFD a partir de 1º de janeiro de 2010.

Em Setembro de 2010 a Secretaria Estadual de Tributação do Rio Grande do Norte emitiu a Portaria Nº 090/2010-GS/SET, ficando obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD), a partir de 1° de janeiro de 2011, todos os estabelecimentos inscritos sob o regime de pagamento normal do ICMS, ainda não obrigados à EFD.

Diante das dificuldades apresentadas pelos contribuintes em procederem à adequação em seus sistemas, a SET/RN emitiu nova Portaria nº 058 em 06/06/2011 prorrogando excepcionalmente a entrega até 30 de setembro de 2011, os arquivos da EFD referentes aos meses de janeiro a Agosto de 2011. Entretanto, o prazo para entrega dos arquivos já está se esgotando, e alguns contribuintes ainda tem esperanças que ele seja prorrogado novamente.

UNI-RN

3 METODOLOGIA

3.1 *TIPOS DE PESQUISA*

Na busca de respostas às inquietações sobre o SPED e os impactos que o mesmo pode causar nos escritórios de contabilidade, o processo metodológico adotado a para abordagem do problema, foi uma pesquisa qualitativa, ou seja, não se preocupou só com a representatividade numérica, mas principalmente com a compreensão em profundidade de um fenômeno específico.

Já do objetivo da pesquisa, o processo metodológico adotado partiu-se de uma pesquisa do tipo exploratória, procurando maior aproximação com o objeto em análise.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Em continuidade ao processo de pesquisa, será desenvolvido ainda um estudo de caso, em um único escritório de Contabilidade localizado em Natal/RN que há algum tempo vem assessorando empresas que aderiram ao sistema SPED e sendo assim, apresenta experiência suficiente para colaborar com os objetivos da pesquisa.

> A pesquisa de estudo de caso é muito comum nas áreas de administração e economia, isso limita a um determinado caso, que pode ser uma empresa e região. Esse tipo de pesquisa exige muitas entre vistas e visitas freqüentes aos locais de estudo e a elaboração de múltiplos questionários. (Abrantes, José 2007).

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário em um único escritório de contabilidade, situado na cidade de Natal/RN e que já atua no mercado a cerca de 20 anos. O questionário foi aplicado a uma amostra de 40 colaboradores. Sendo que, as questões foram direcionadas aos colaboradores que trabalham nas áreas contábil e fiscal, já que, são eles que lidam diretamente com o SPED, que é o tema a ser analisado.

3.4 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em mãos os resultados dos questionários aplicados, iniciou-se a fase de tabulação dos dados, por meio do Software Excel.

Onde para José Abrantes, analisar e processar os dados levantados e registrados, comparando-os com as questões e as hipóteses é uma etapa muito importante de uma pesquisa, pois segundo o autor:

> Nesta etapa, podem ocorrer grandes descobertas (ou frustrações). Dependendo das análises, pode-se até ter de mudar questões e hipóteses. Ocorre quando literal mente se "atira no que viu e acerta-se no que não viu. (Abrantes, José 2007)

Concordando com a concepção de Abrantes, na presente pesquisa a análise dos resultados obtidos durante o processo de coleta de dados, foi realizada a partir da sistematização desses resultados, por meio de gráficos, onde foi feito interpretação sobre as concepções dos entrevistados, tomando como referências estudos e autores que se dedicaram a pesquisas com relação à temática em questão.

4 ANÁLISE

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Para responder aos objetivos propostos, a pesquisa elaborada foi desenvolvida em um único escritório de contabilidade, localizado na cidade de Natal/RN e que já atua no mercado a cerca de 20 anos. Neste caso, foi aplicado um questionário com 15 perguntas a 40 colaboradores. Sendo que, as questões foram direcionadas aos colaboradores que trabalham nas áreas contábil e fiscal, já que, são eles que lidam diretamente com o SPED, que é o tema a ser analisado.

4. 2 ANÁLISE DO DADOS

4.2.1 ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA.

No decorrer deste subcapítulo demonstra-se o perfil dos colaboradores aos quais foram aplicados os questionários. No gráfico abaixo, evidencia-se a faixa etária dos funcionários.

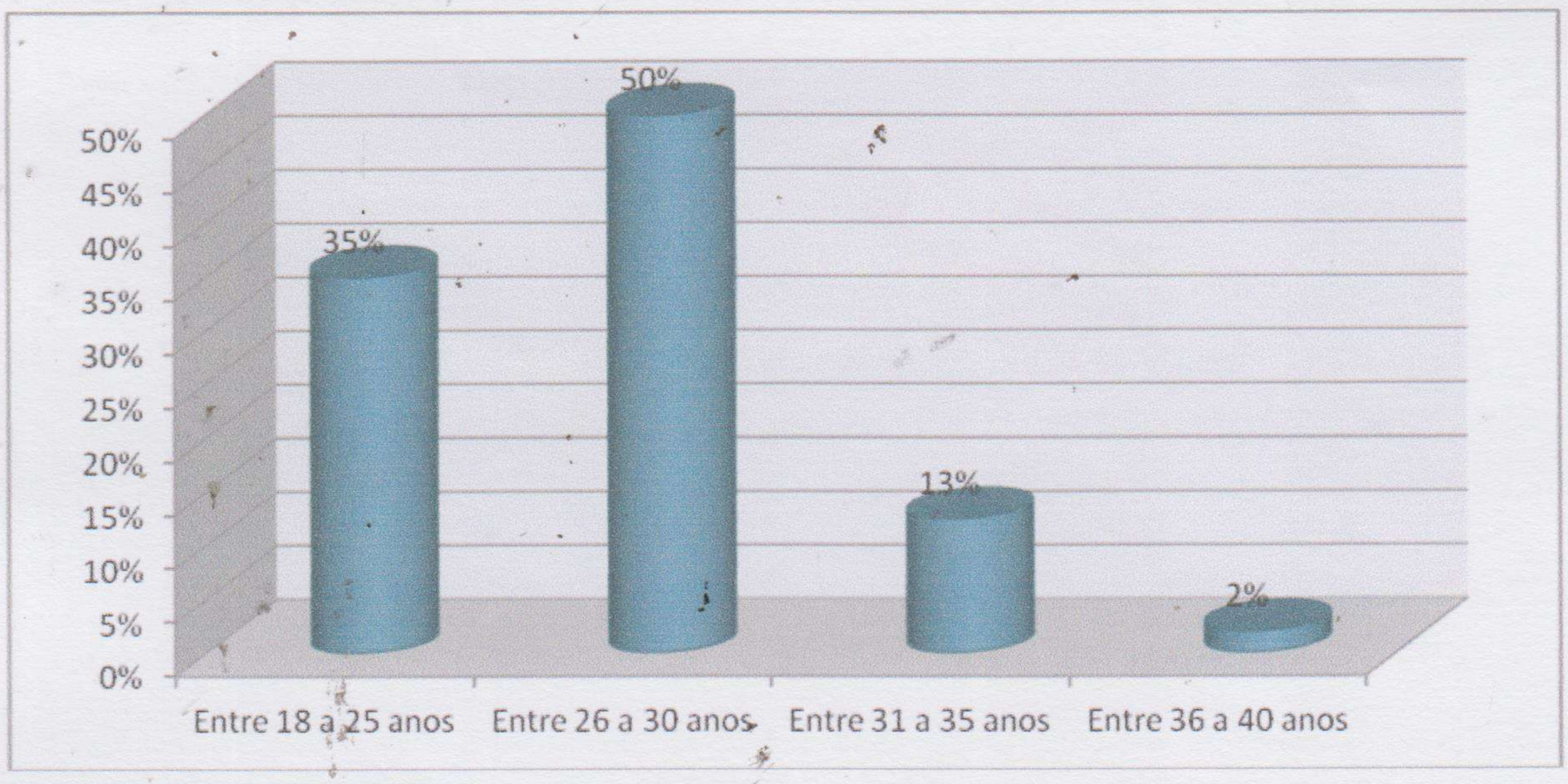


Gráfico 1: Faixa etária.
Fonte: Autora.

No que diz respeito à faixa etária dos colaboradores, verificou-se que o quadro de funcionários do escritório, é composto em sua maioria, por pessoas

jovens, já que, 50% estão na faixa de 26 a 30 anos, e 35% estão na faixa de 16 a 25 anos, o que evidencia também, o ingresso mais cedo na profissão contábil.

Quanto ao gênero, observa-se que a mulher vem cada vez mais conquistando seu espaço no mercado de trabalho, inclusive, na profissão contábil, é cada vez mais visível a presença feminina. No gráfico 2 demonstra-se o gênero nos colaboradores entrevistados.

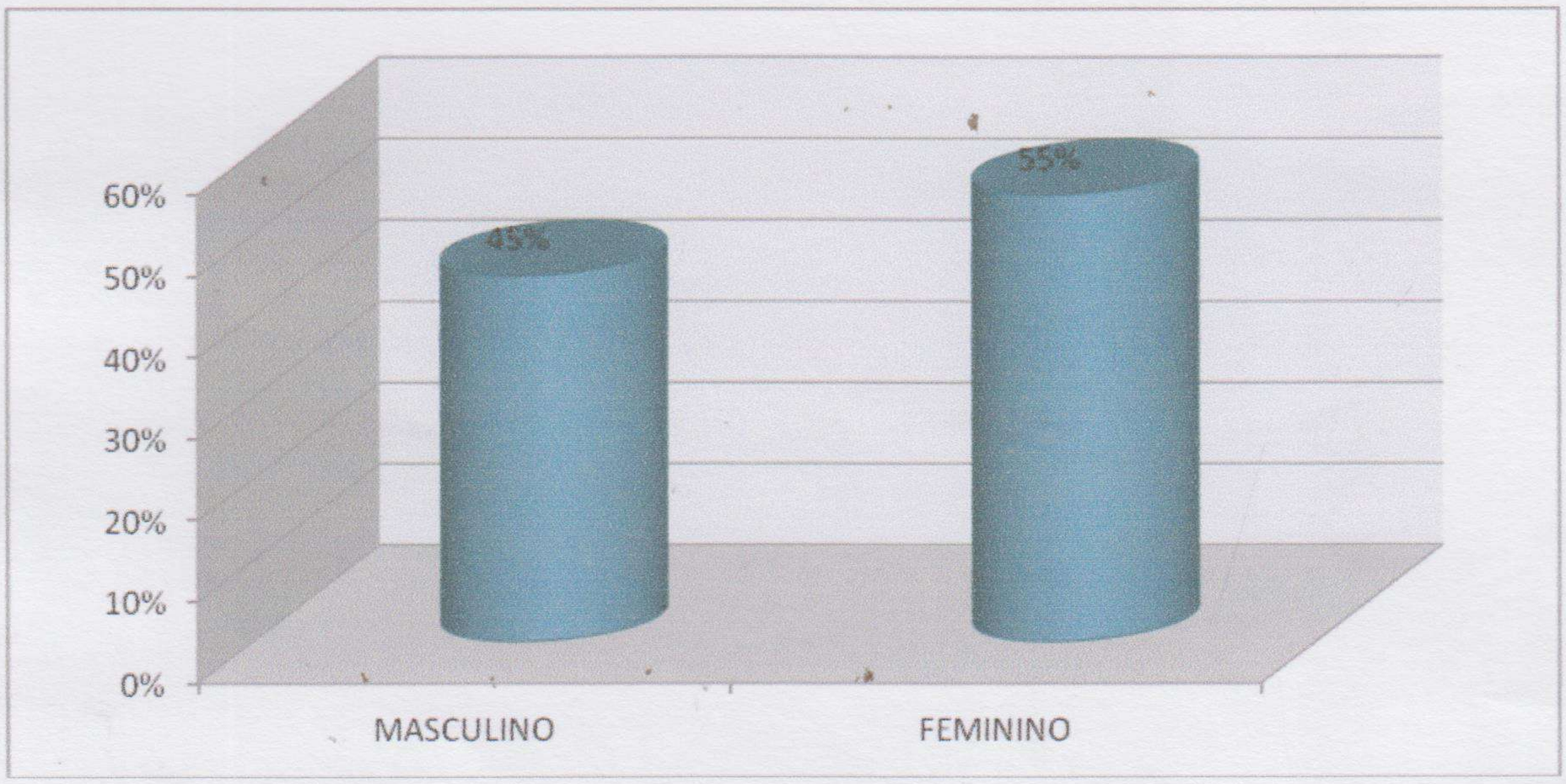


Gráfico 2: Sexo.
Fonte: Autora.

O gráfico acima demonstra que a maioria dos colaboradores é do sexo feminino, o que correspondente a 55% do total dos entrevistados, porém, percebe-se que há também, uma presença significativa masculina, o que corresponde a 45% dos entrevistados. Dessa forma, percebe-se que há uma boa divisão entre homens e mulheres trabalhando no mesmo ambiente.

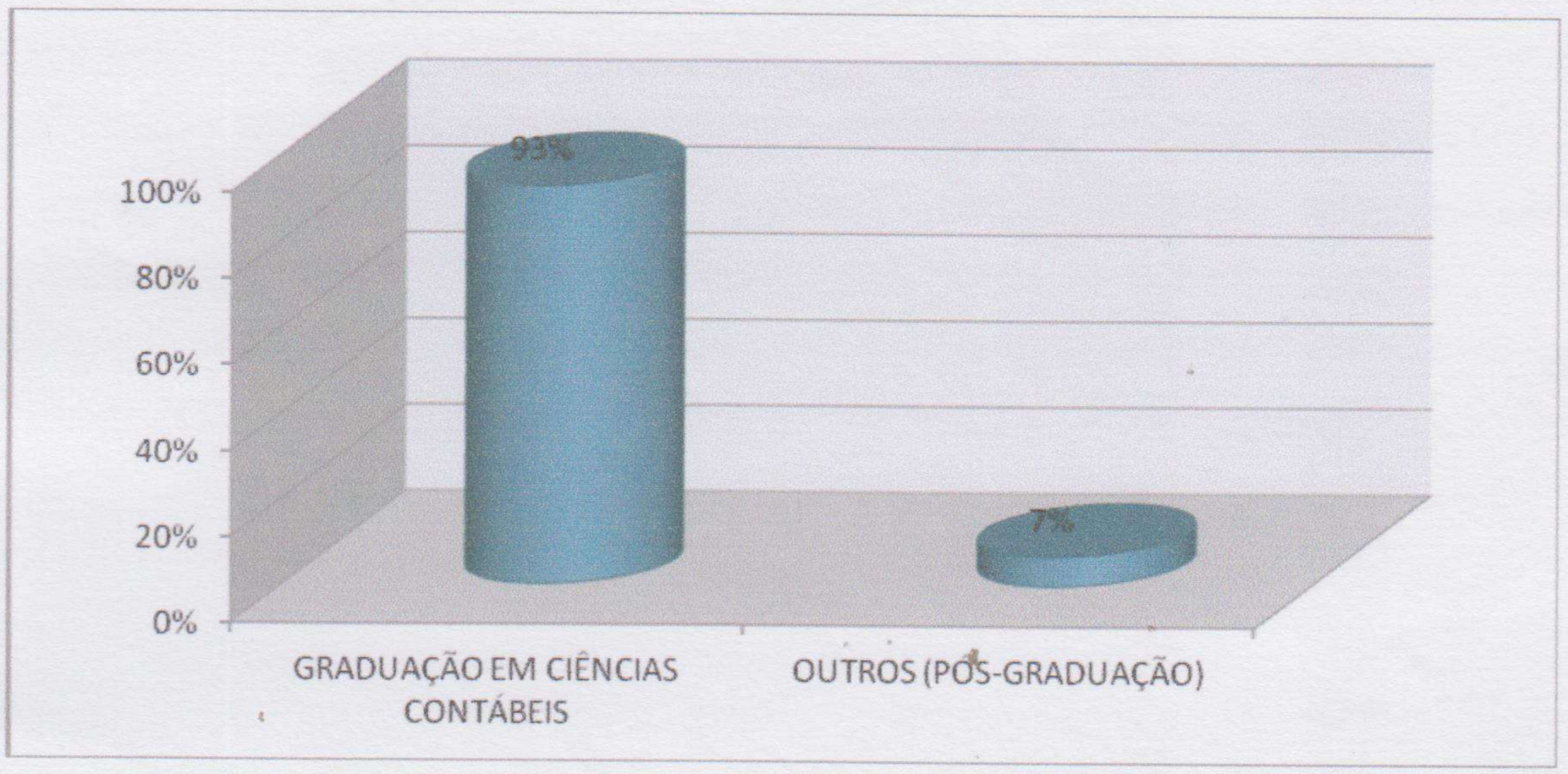


Gráfico 3: Formação.
Fonte: Autora.

Com relação à formação dos colaboradores, os resultados apontam que 93% dos respondentes possuem graduação em ciências contábeis, enquanto 7% já iniciaram ou já concluíram a pós-graduação. Neste sentido, salienta-se a importância da aprendizagem continuada, não só pelo aumento do grau, na formação do profissional contábil, mas, devido ao grande fluxo de informações e mudanças na contabilidade, inclusive no que diz respeito ao SPED, exige que os profissionais estejam cada vez mais qualificados, utilizando-se disso como uma estratégia, para atrair e fidelizar clientes.

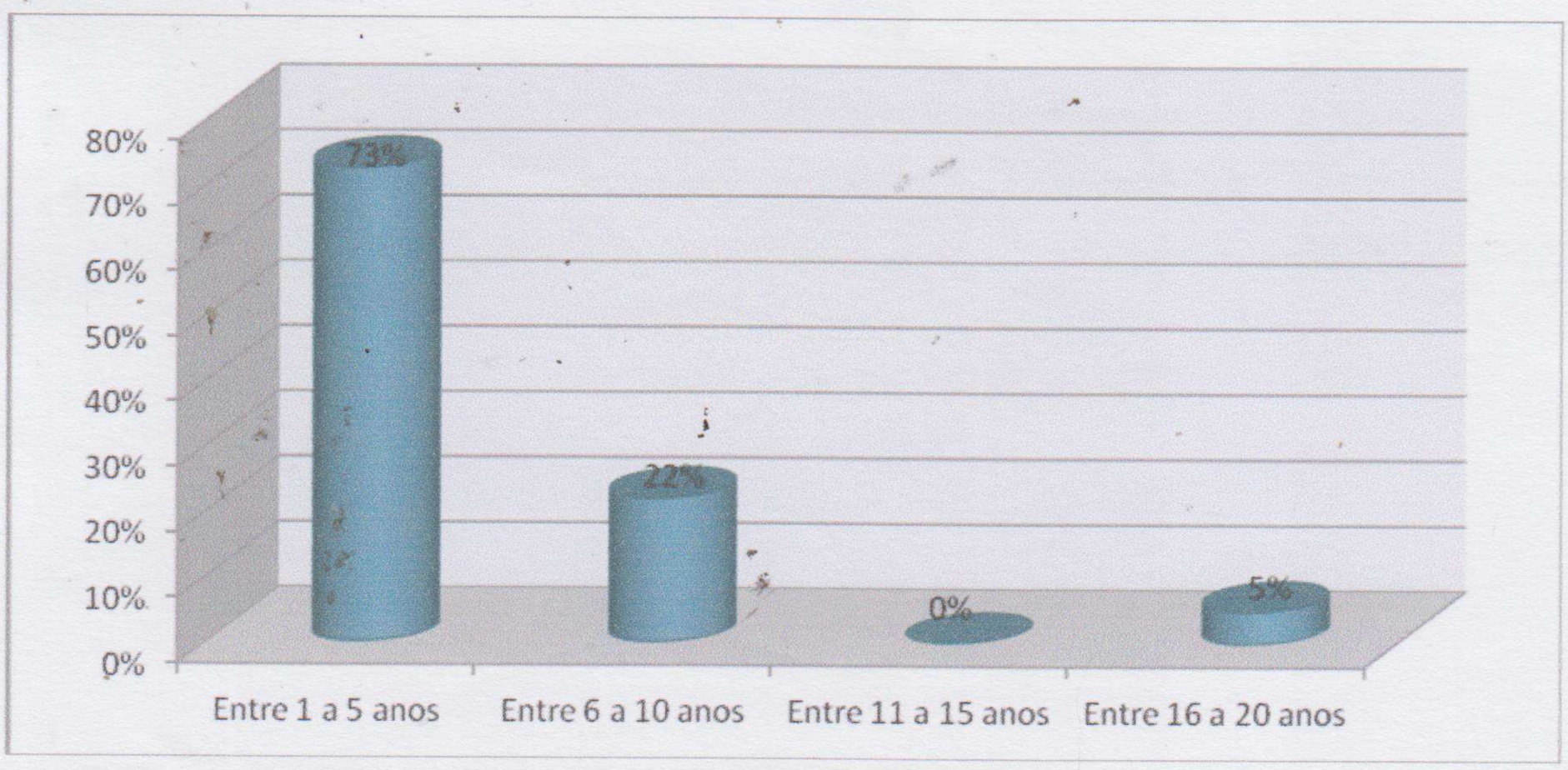


Gráfico 4: Tempo de experiência nas áreas contábil e fiscal.
Fonte: Autora

No gráfico 4 demonstra-se o tempo de atuação e/ou experiência dos colaboradores nas áreas relacionadas com o SPED, dessa forma, os dados revelam que 73% do total de entrevistados tem entre 1 a 5 anos de experiência, e que 22% já contam com 6 a 10 anos de bagagem profissional, evidenciando que a empresa analisada, detém uma equipe de profissionais maduros, com experiência e habilidades suficiente para encarar os desafios do dia-a-dia.

4.2.2 ANÁLISE DOS IMPACTOS GERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED.

Conforme já mencionado no referencial teórico, o Sistema Público de Escrituração Digital é composto por vários subprojetos, independentes entre si. Dessa forma, um contribuinte pode estar obrigado a emitir a NF-e, mas que, pode não estar obrigado a ECD ou EFD já que, a obrigatoriedade de cada subprojeto se dá de forma gradativa. No gráfico 5 demonstra-se o percentual dos colaboradores entrevistados que possuem empresas obrigadas a emitir a NF-e.

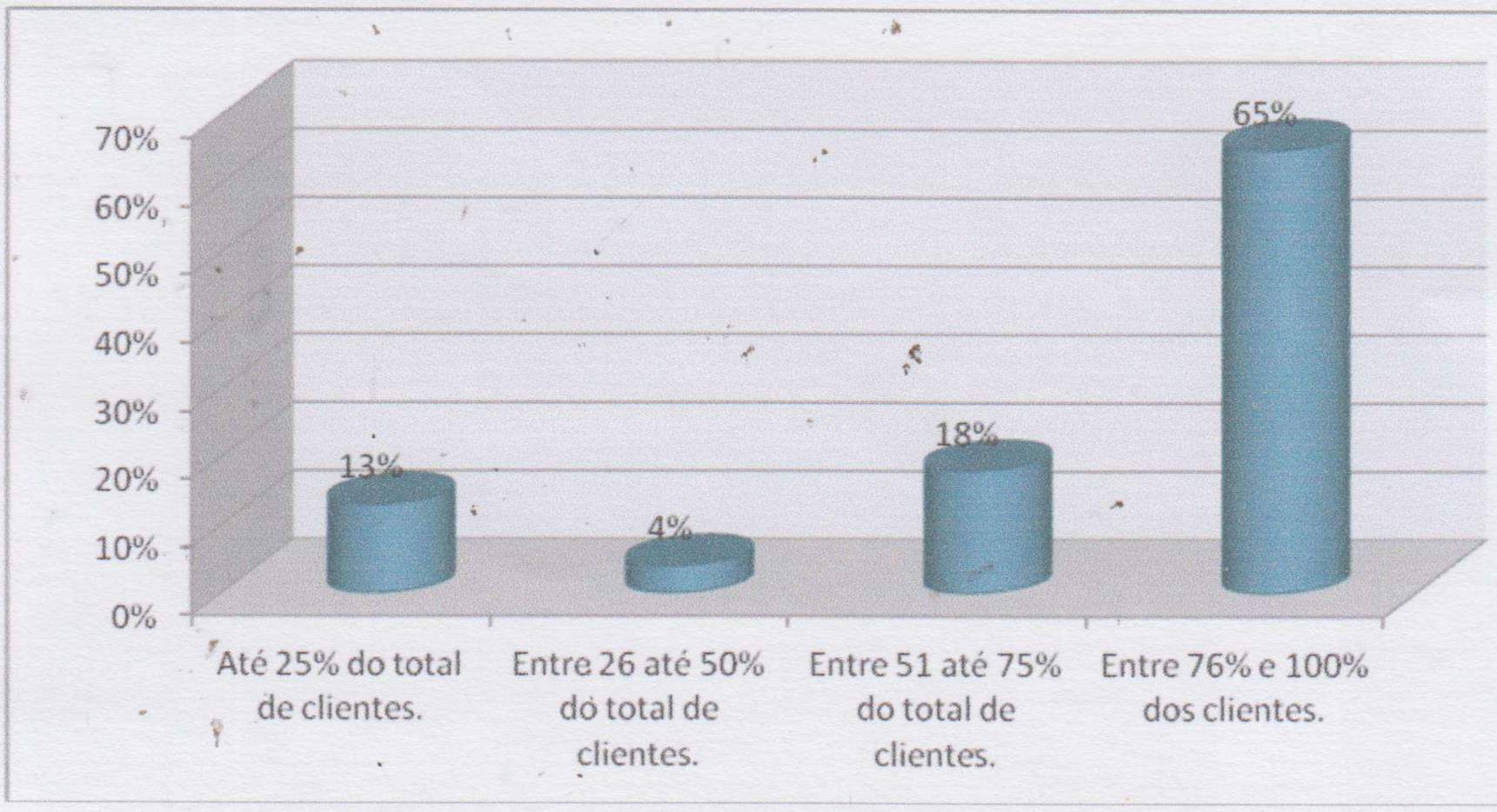


Gráfico 5: Clientes que estão obrigados a NF-e
Fonte: Autora.

A nota fiscal eletrônica que é um dos subprojetos do SPED, sendo ela pioneira dentre os demais, vem estabelecer, um modelo único de documento eletrônico para registro de operações e prestações a nível nacional. Neste gráfico revela-se que 65% dos respondentes informaram que uma média de 76 e 100% de seus clientes estão obrigados a emitir a nota fiscal eletrônica. Salientando que,

conforme já informado no referencial teórico a obrigatoriedade para emissão da NF-e no RN se dá, quando independente da atividade econômica que a empresa exerça, realize vendas destinadas a órgãos públicos ou vendas para destinatários localizados em outra unidade de federação.

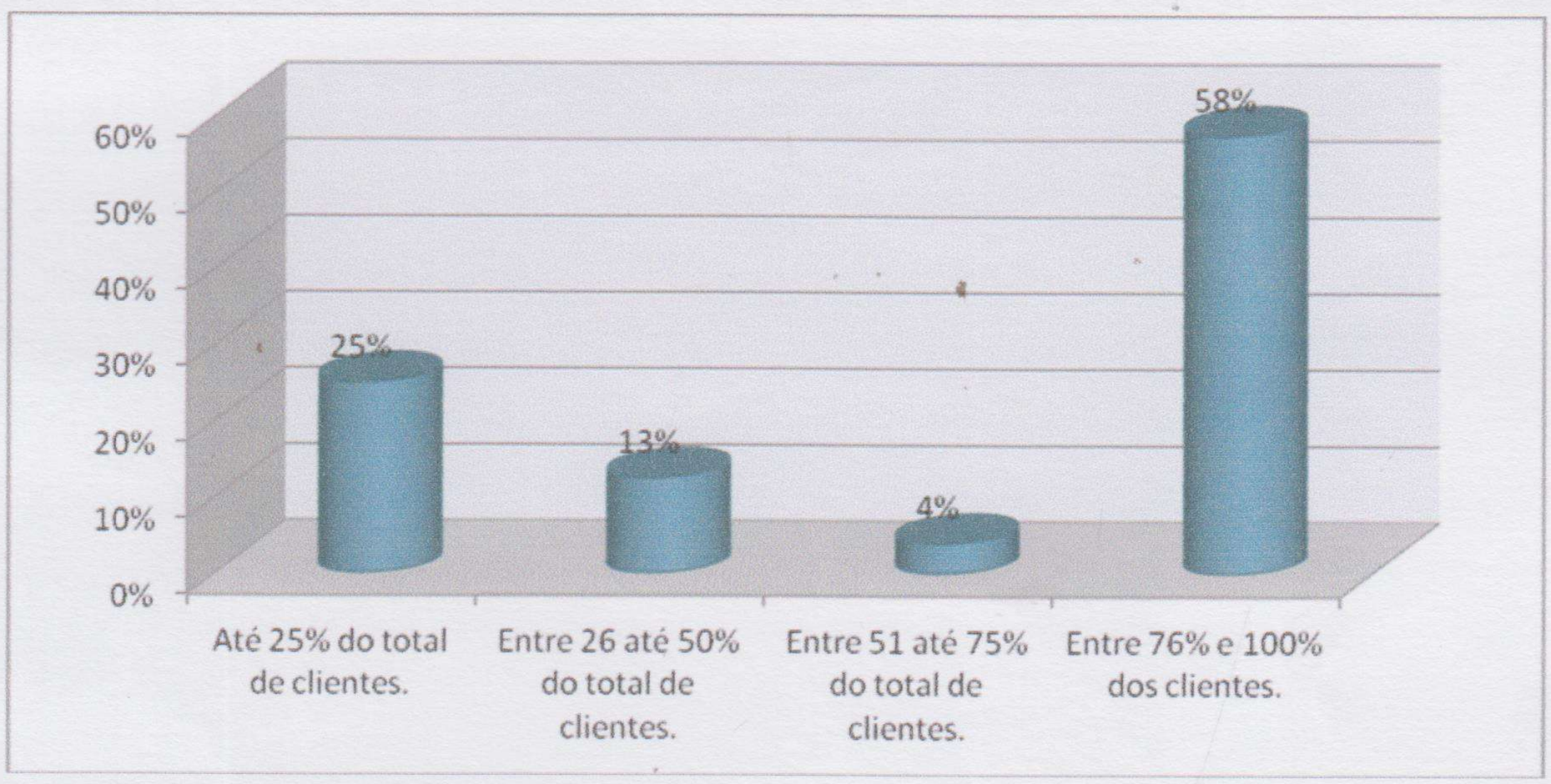


Gráfico 6: Empresas obrigadas a EFD.
Fonte: Autora

Já o gráfico 6 demonstra o percentual de respondentes que informaram sobre a obrigatoriedade da escrituração fiscal digital de seus clientes, neste caso, 58% dos colaboradores, informaram que entre 76 e 100% já transmitem a EFD. Isso mostra que a EFD já é a realidade da maioria das empresas e conseqüentemente dos escritórios de contabilidade. Lembrando que, com exceção das empresas optantes pelo Simples e pelo MEI (Microempreendedor Individual), os demais contribuintes de pagamento normal do ICMS, estão obrigados a apresentar mensalmente o arquivo referente à EFD.

UNI-RN

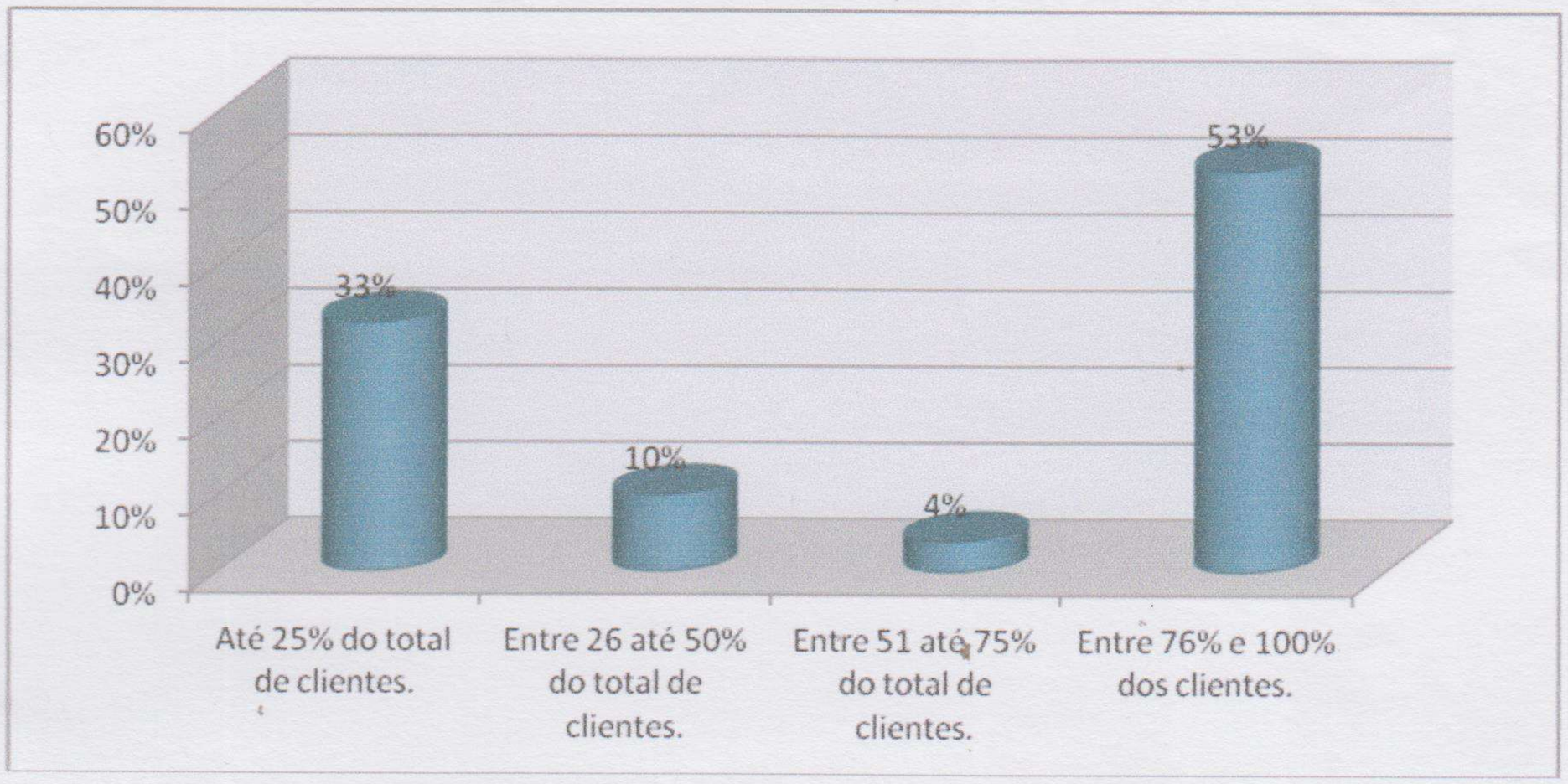


Gráfico 7: Empresas obrigadas a ECD.
Fonte: Autora.

No que diz respeito à escrituração contábil digital, o gráfico 7 também demonstra que 58% dos colaboradores entrevistados, informaram que entre 76 e 100% dos seus clientes já transmitem a ECD.

Com os dados apresentados nos gráficos 5 a 7, observamos que os três principais subprojetos do SPED já encontram-se disseminados nas empresas e fazendo parte do dia-a-dia dos escritórios de contabilidade, e por isso, é suma importância que os profissionais estejam capacitados, procurando sempre uma melhor qualificação. Pois, o fisco está cada vez mais exigente, e o grau de complexidade é muito intenso, onde a cada dia, surgem diversas atualizações nas versões do Programa Validador e Assinador (PVA) do SPED, como também, várias atualizações no leiaute da nota fiscal eletrônica. Onde, a intenção do fisco é deixar as informações mais precisas, eliminando dessa forma, as possíveis brechas para a evasão fiscal.

Nos gráficos seguintes, demonstram-se alguns pontos levantados considerados como impactantes no momento de implantação do SPED.

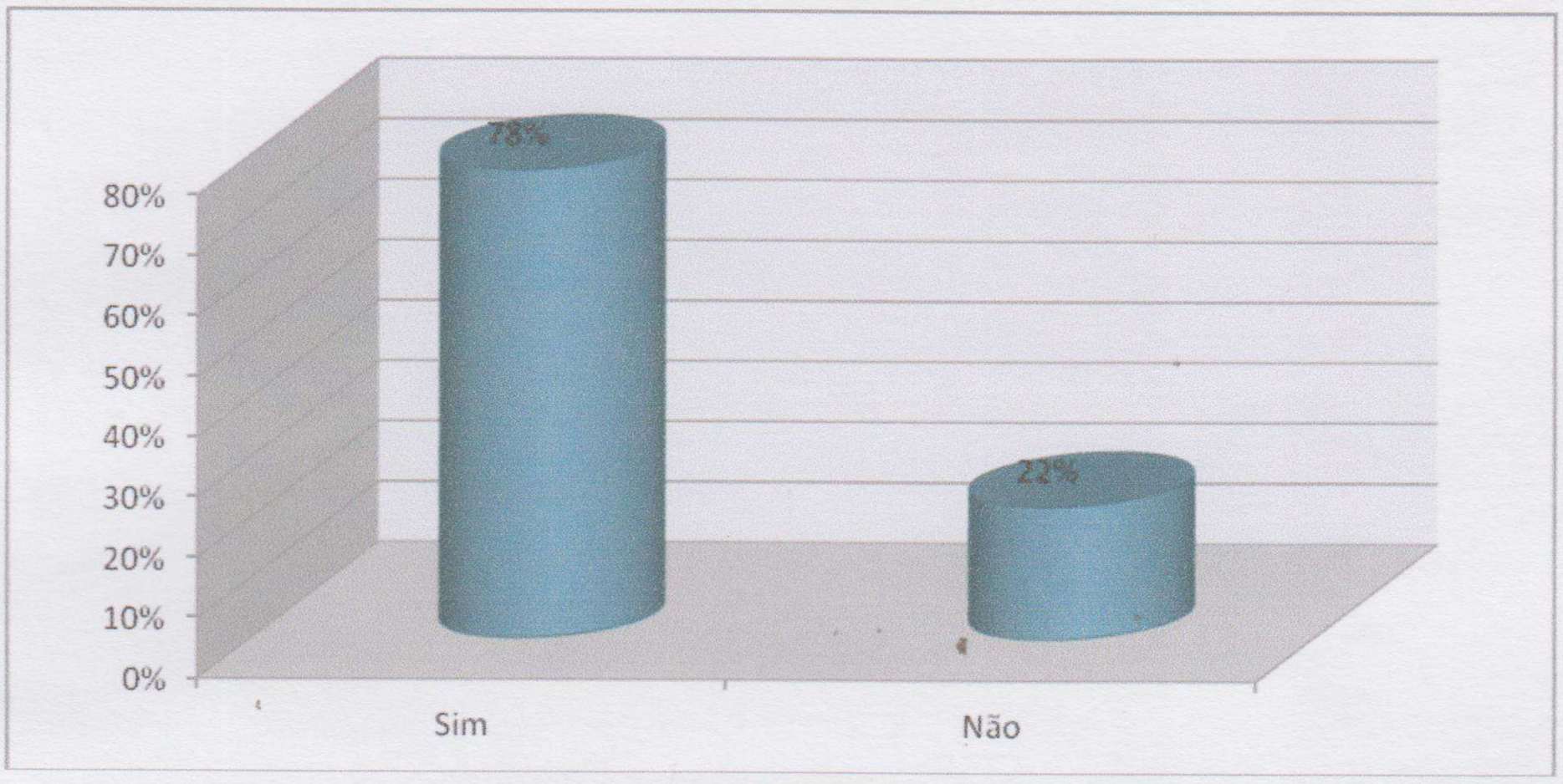


Gráfico 8: Dificuldades na implantação do SPED devido a empresa desenvolvedora de software não está preparada.
Fonte: Autora.

O gráfico 8 aponta que 78% dos entrevistados, alegaram que sentiram dificuldades na parametrização do sistema do cliente, devido a empresa desenvolvedora de software dos mesmos, não estar preparada naquele momento para atender o SPED, ou seja, os colaboradores ficaram na dependência do desenvolvedor do software, para deixar o sistema do cliente apto a gerar os arquivos no leiaute estabelecido pelo SPED, para então, poder dar seguimento nas conferências necessárias. Isso tudo, com um prazo legal de transmissão dos arquivos muito limitado. Porém, 22% dos entrevistados relataram não sentir esse tipo de dificuldade.

No gráfico 9 verifica-se o percentual de respondentes que informaram sobre a necessidade de investimentos financeiros em TI (Tecnologia da Informação).

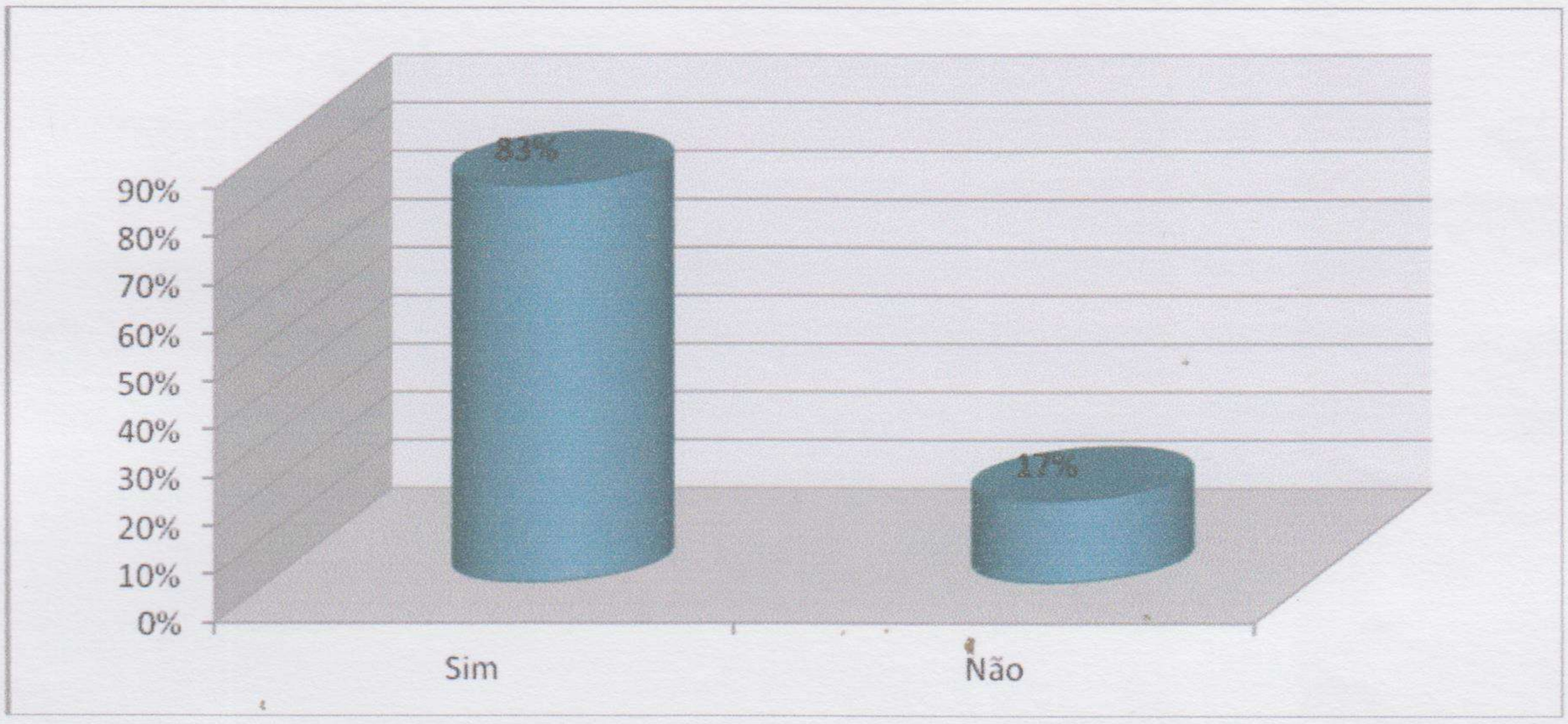


Gráfico 9: Necessidade de investimentos em TI para adaptação dos sistemas.
Fonte: Autora.

Ao questionar sobre a necessidade de investimentos altos em tecnologia da informação, para adaptação dos sistemas utilizados pelo escritório ao SPED, cerca de 83% dos colaboradores afirmaram que houve sim, esse tipo de investimento. Pois, devido a riqueza de informações exigidas pelo SPED, sentiu-se a essa necessidade de implementar ferramentas de melhorias, que tanto pudesse atender ao SPED, como otimizar os processos realizados pelos colaboradores. Porém, salienta-se que nem todo escritório de contabilidade dispõe de recursos financeiros, ou não procuram fazer esses tipos de investimentos.

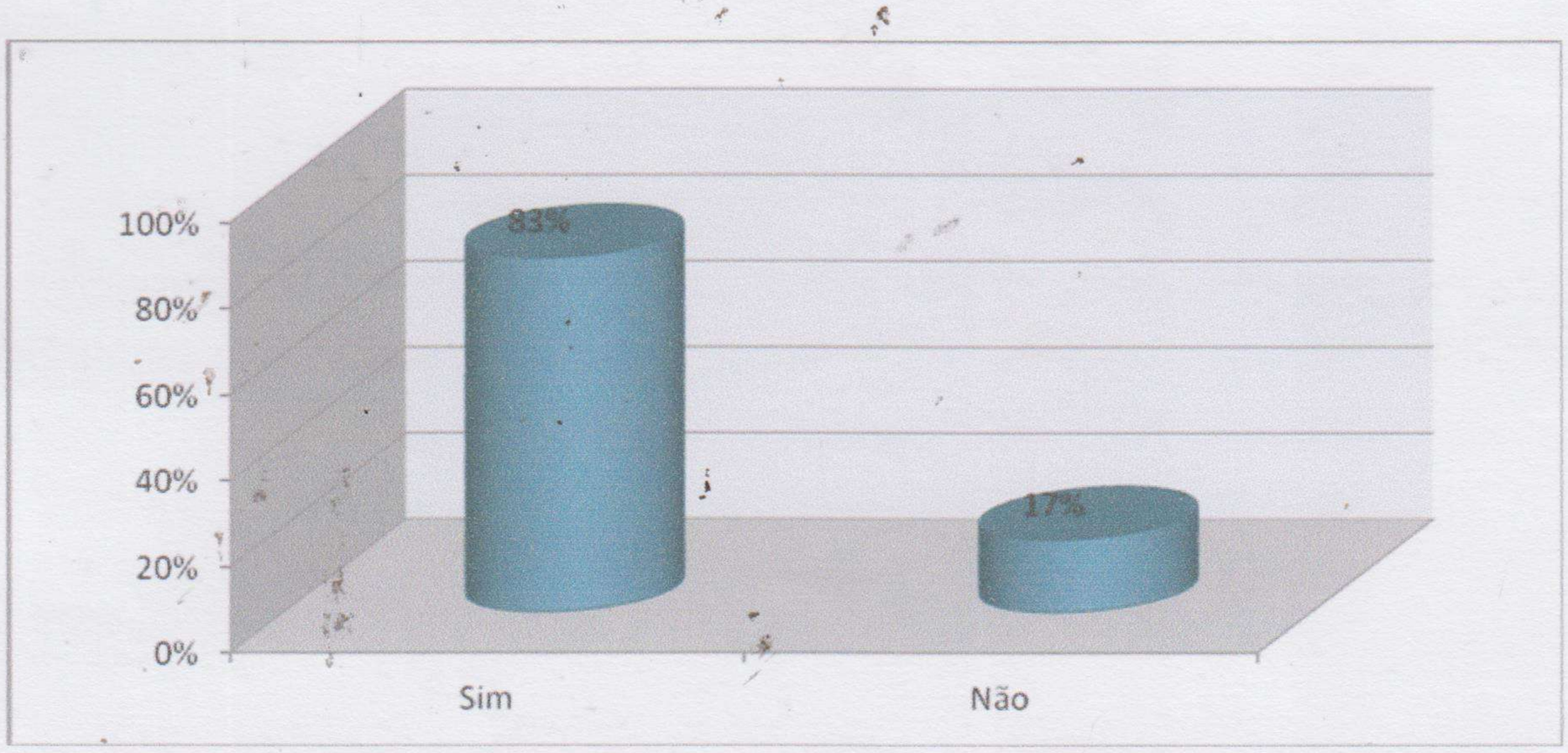


Gráfico 10: Dificuldades em conhecimentos técnicos do leiaute do arquivo SPED.
Fonte: Autora.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 10, ao questionar sobre dificuldades em conhecimentos técnicos do leiaute do arquivo SPED, os resultados demonstram que 83% dos entrevistados sentiram sim, esse tipo de dificuldade, o que pode ser considerado como natural, pois no SPED, além de exigir conhecimentos nas áreas fiscal e tributária, é preciso conhecer a estrutura do arquivo, no qual é totalmente detalhado, onde qualquer virgula fora do lugar, pode gerar erros de estrutura e impedir a validação e transmissão do arquivo.

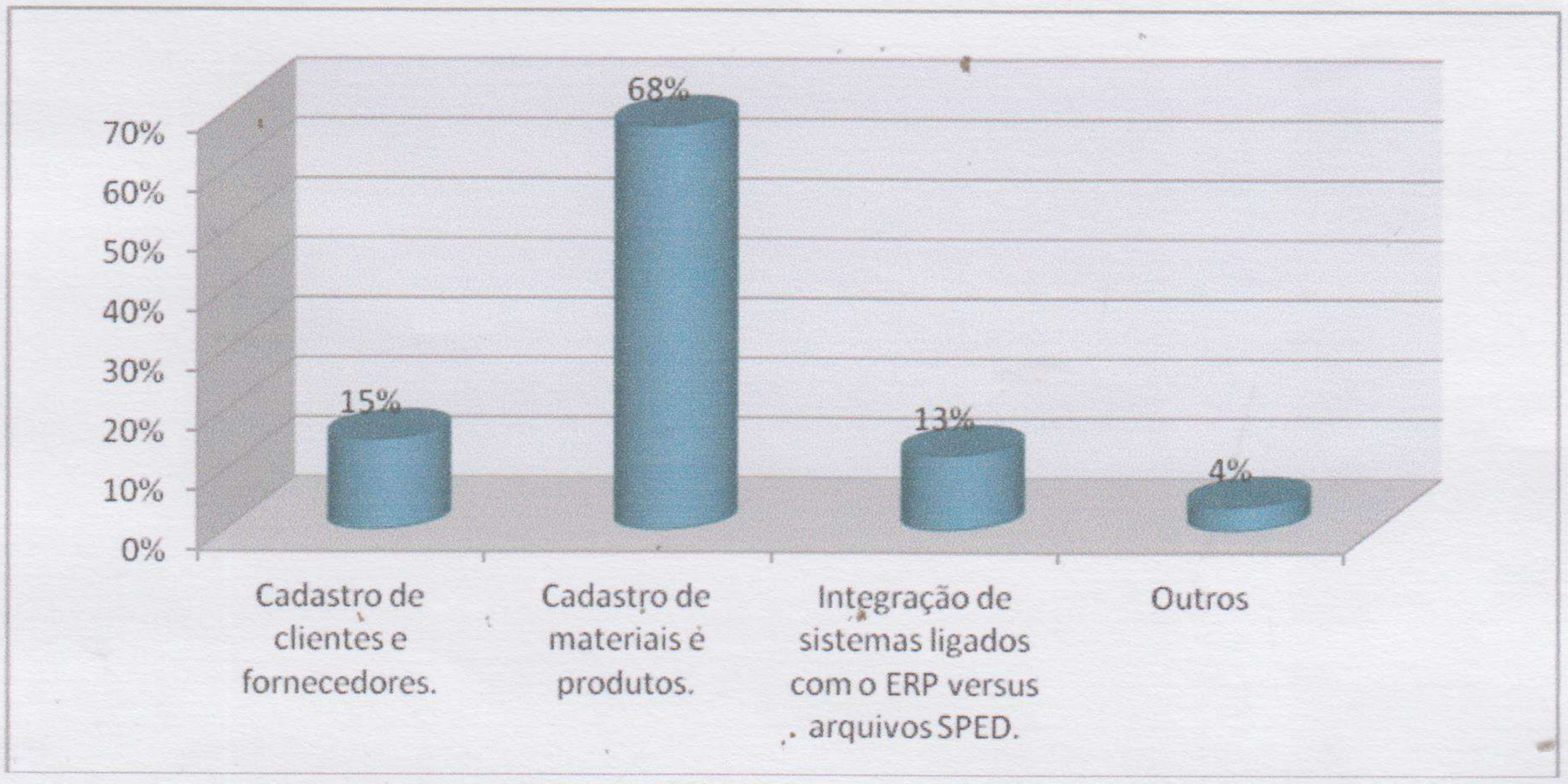


Gráfico 11: Item de maior dificuldade.
Fonte: Autora.

Na pesquisa, foi questionado ainda, qual o item que teria resultado em maior dificuldade no momento de implantação do SPED. Neste caso os resultados apresentados pelos respondentes, é que 68% (gráfico 11) dos colaboradores concordaram que, a revisão de cadastro de materiais e produtos foi o item de maior dificuldade. Isso porque, neste item é feito revisão de vários subitens como: alíquotas de ICMS; NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL), CST (Código da situação tributária) etc. onde é preciso ter um conhecimento profundo a cerca da tributação de cada produto. Outros itens também foram destacados como de itens de dificuldades, sendo eles: cadastro de clientes e fornecedores incompletos representando 15%, e integração entre sistemas, correspondente a 13% do total de entrevistados.

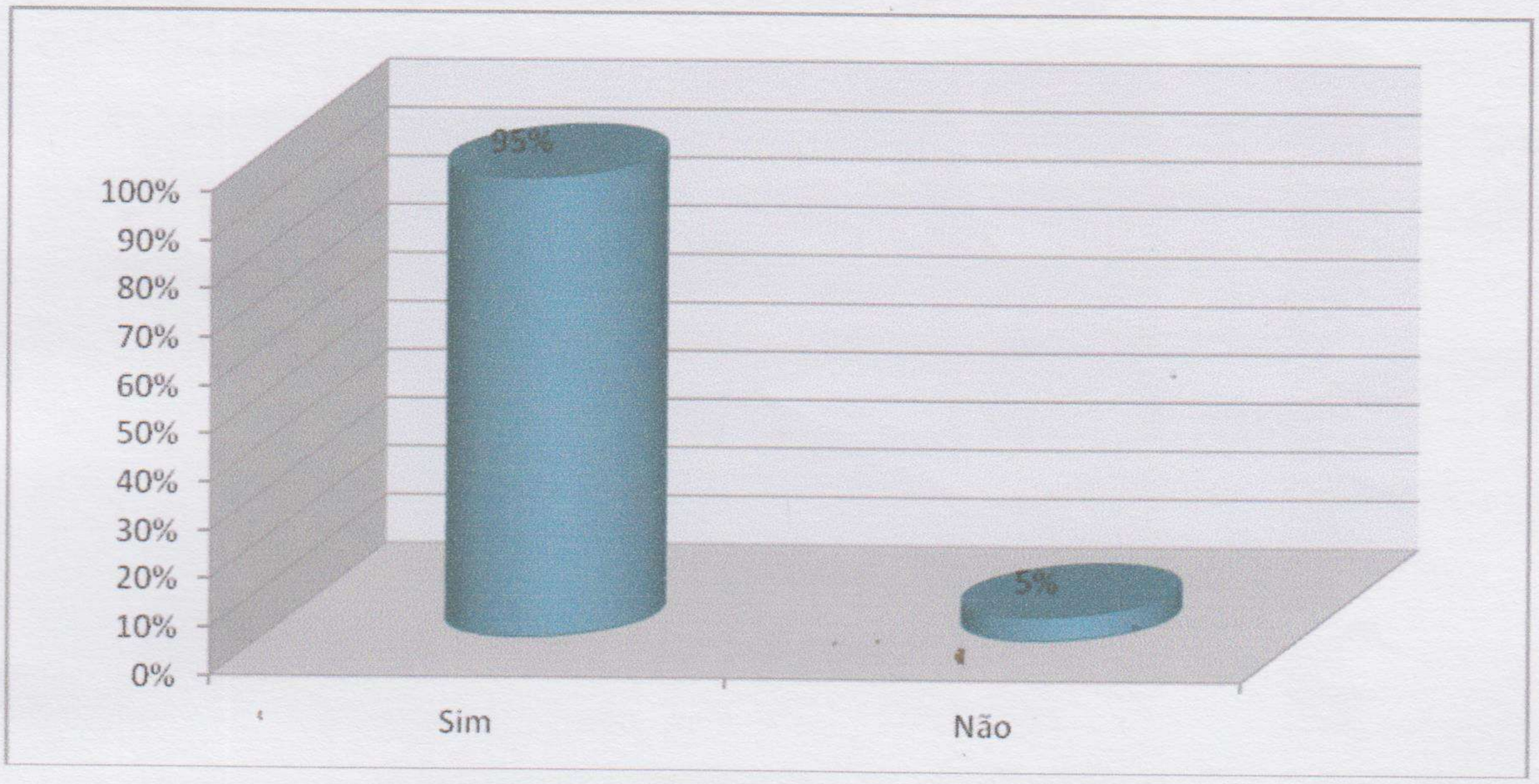


Gráfico 12: Com o SPED poderá haver mais confiança nas informações transmitidas.
Fonte: Autora.

No que diz respeito à qualidade das informações nas quais serão repassadas ao fisco através do SPED, 95% dos entrevistados afirmaram acreditar que haverá mais confiança nas informações transmitidas, tanto porque, com o SPED, o cruzamento de informações será realizado de maneira mais eficiente, onde o contribuinte terá que realmente se organizar, ou então será penalizado. Porém, 5% dos entrevistados não concordam que isso aconteça.

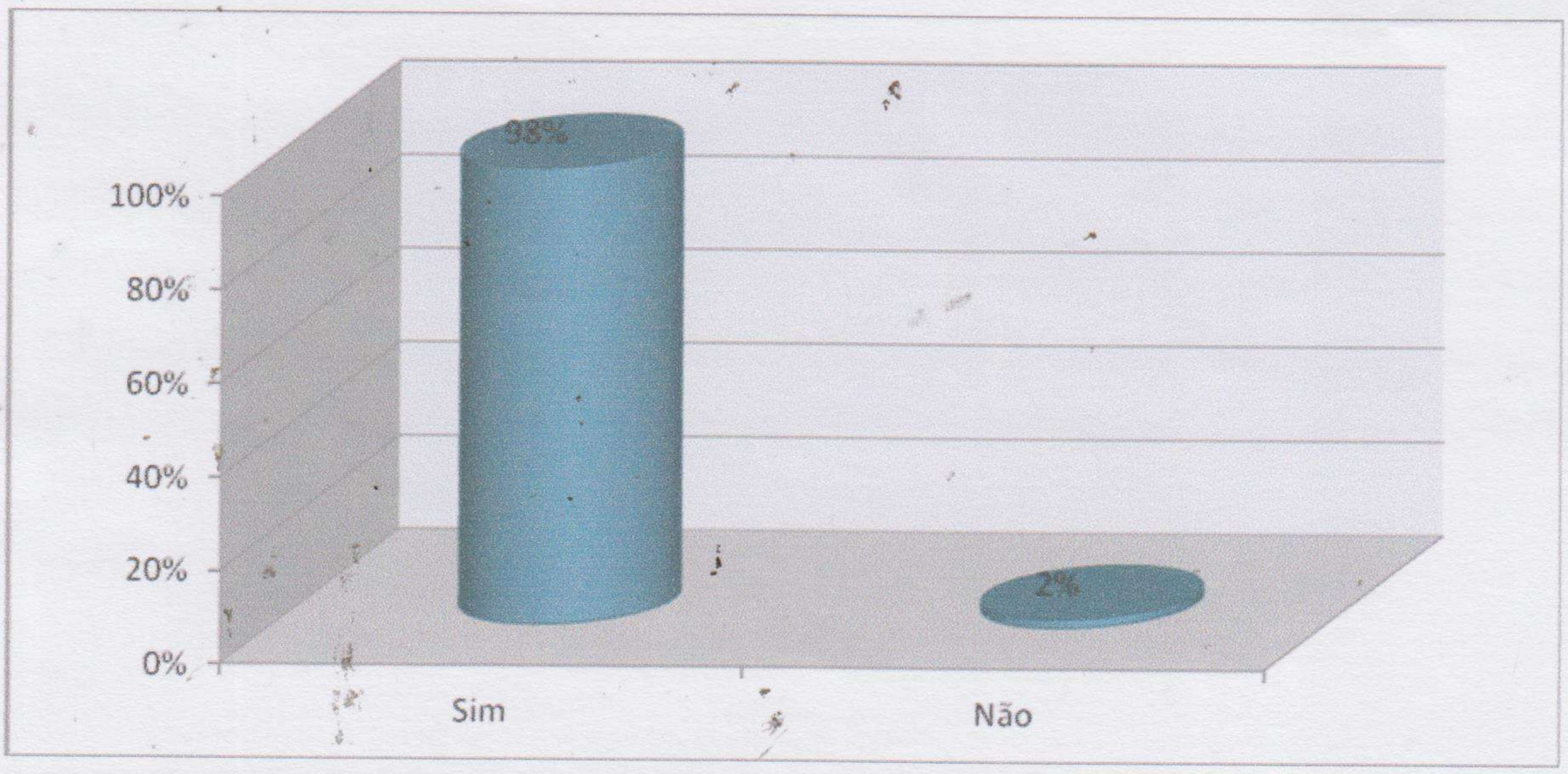


Gráfico 13: Com o SPED será mais difícil omitir receita.
Fonte: Autora.

Conforme apresentado no gráfico 13, a maioria dos respondentes, (98%) acredita também que, além de promover maior confiança nas informações

transmitidas (gráfico 12), com o SPED será mais difícil omitir receita, o que é basicamente a intenção do fisco, promover uma relação de transparência. Onde, um dos primeiros passos para rastrear uma operação, começa com a nota fiscal eletrônica, onde fisco tem acesso a todas as informações necessárias de emitente, destinatário, produtos etc. antes mesmo da mercadoria circular.

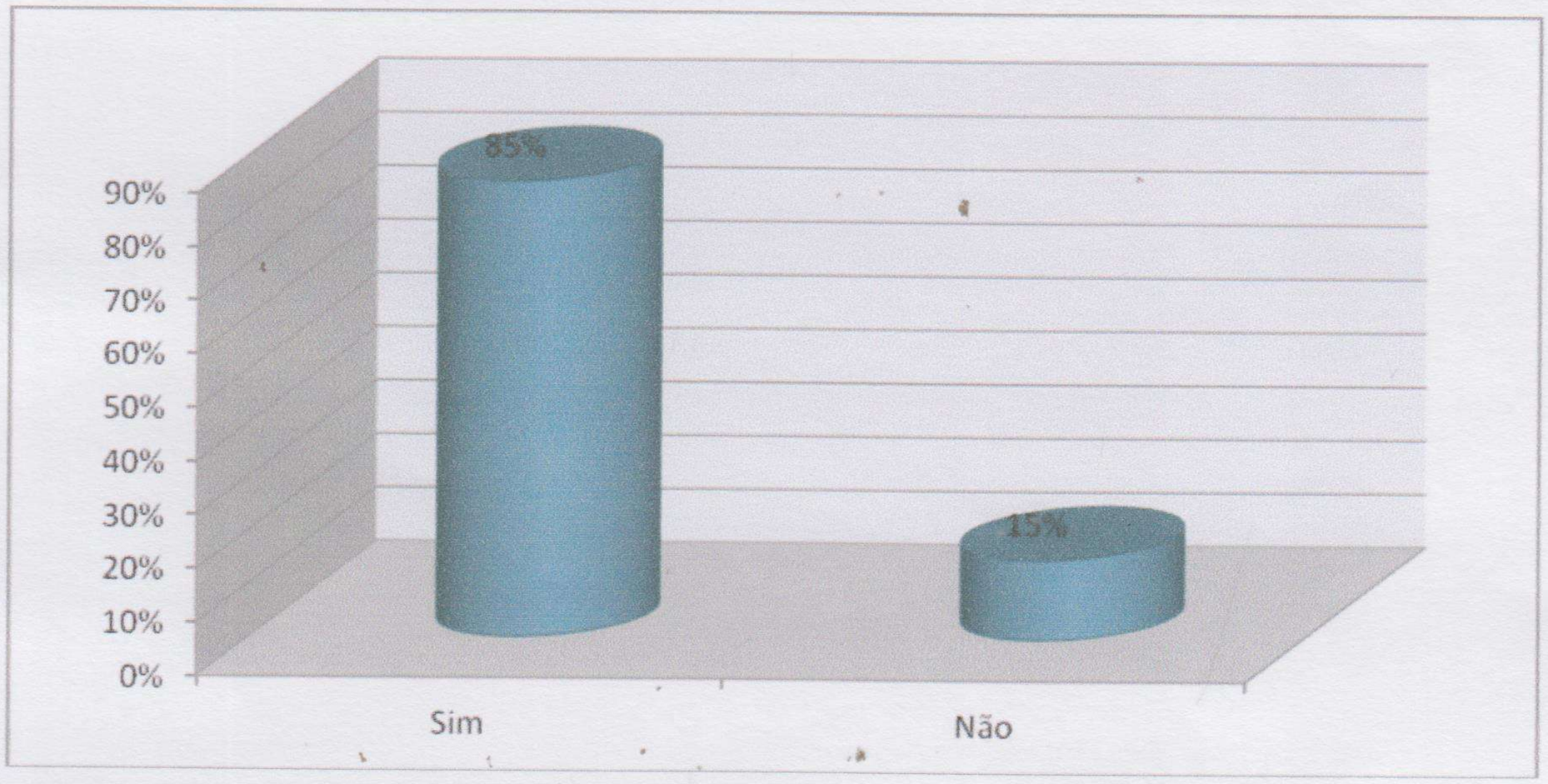


Gráfico 14: O SPED proporciona diminuição da concorrência desleal.
Fonte: Autora.

Foi questionado ainda aos colaboradores, se eles concordam que com o SPED poderá haver diminuição na concorrência desleal entre os contribuintes, e conforme os dados apresentados no gráfico 14, uma média de 85% dos respondentes afirmaram que, concordam sim, que isso seja possível. Já que, como todos estarão sendo monitorados pelo SPED, os riscos de um concorrente vender mais barato, devido ter agido em desacordo com o previsto em legislação, é bem menor. Porém, 15% dos respondentes não concordam que isso aconteça.

UNI-RN

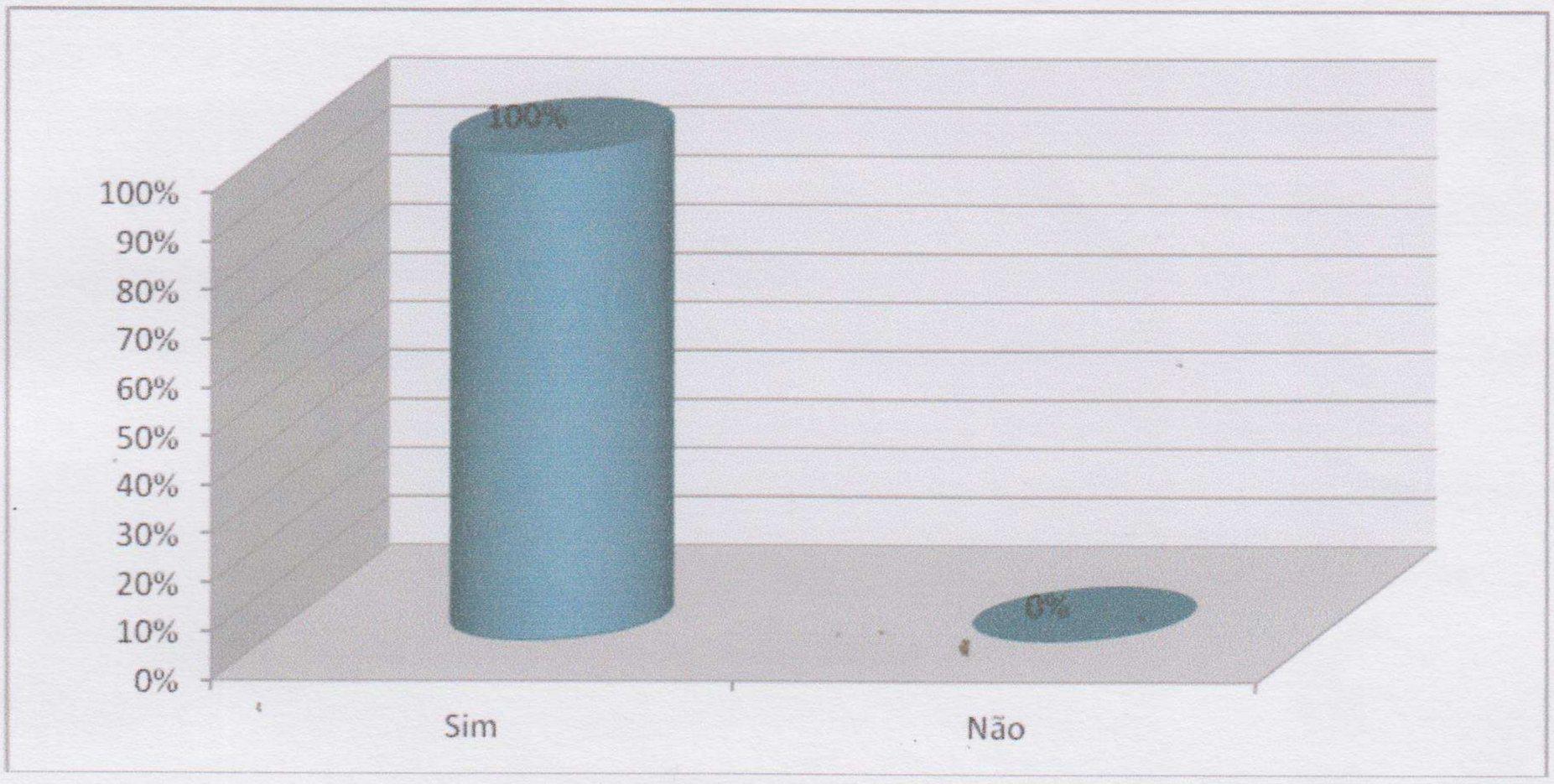


Gráfico 15: O SPED veio para dar inicio a uma nova era na contabilidade.
Fonte: Autora.

E por último, foi questionado aos colaboradores se eles concordam que, o SPED veio para dar inicio a uma nova era tecnológica na contabilidade, onde transparência nas informações é a peça chave desse quebra cabeça, e a resposta foi unânime. Onde 100% dos colaboradores acreditam que o novo sistema imposto pelo fisco brasileiro veio para marcar um novo tempo, onde os processos são cada vez mais digitais, dessa forma tornando-os mais ágeis, seguros e confiáveis.

Conforme os resultados apresentados, ao longo deste subcapítulo percebe-se que há vários impactos e benefícios percebidos pelos colaboradores entrevistados. Ressalta-se, porém, que a análise é feita a partir das respostas dos entrevistados e não constitui em uma interpretação definitiva sobre a temática abordada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente pesquisa teve por objetivo geral analisar os impactos gerados pela implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nos escritórios de contabilidade, onde o estudo de caso foi realizado em um único escritório de contabilidade localizado na cidade de Natal/RN mediante aplicação de questionários aos colaboradores que nele trabalham. Para atingir o objetivo proposto, foi necessário levantar informações a respeito do SPED por meio do referencial teórico e em seguida analisou-se os resultados obtidos por meio das respostas do questionário.

Tanto na pesquisa bibliográfica como no questionário, verificou-se que há impactos e benefícios com a implantação do novo sistema de escrituração digital. Porém, ressalta-se que tais impactos expandem-se as várias áreas que estão relacionadas com o processo, ou seja, envolve o contribuinte, TI (Tecnologia da informação) e o profissional contábil.

Com relação aos impactos percebidos pelos colaboradores entrevistados, os pontos destacados como relevantes na implantação do SPED são apontados como: (i) dificuldades com o desenvolver de software do cliente, que ainda não estava preparado para atender as exigências que o novo sistema impunha, uma vez que, é o arquivo a ser transmitido é gerado a partir da base de dados do cliente, onde o profissional contábil deve proceder da validação, correção e transmissão deste arquivo, (ii) necessidade de investimentos altos em TI, para adaptação dos sistemas utilizados pelo escritório ao SPED, (iii) conhecimentos técnicos a cerca do leiaute do arquivo, uma vez, que além de conhecimento tributários e fiscais, foi preciso desenvolver outras habilidades técnicas para execução dos trabalhos e (iiii) revisão de cadastro de produtos, o que exige conhecimento profundo da tributação dos produtos.

Entretanto, salienta-se que toda mudança e principalmente no que diz respeito a nossa rotina de trabalho, causa certa resistência de aceitação. Contudo percebe-se que os impactos são enfatizados apenas no período de implantação, e que muitos benefícios são percebidos na concepção dos colaboradores os quais são destacados os seguintes: (i) maior confiança nas informações transmitidas ao fisco, (ii) cerca de 98% dos entrevistados concordam que será possível diminuir a omissão

de receita, e conseqüentemente a concorrência desleal eliminando as possíveis brechas para a evasão fiscal, (iii) além de que, por unanimidade, todos concordaram que o SPED é um marco de uma era tecnológica na contabilidade, onde é possível trabalhar com informações mais seguras e menos burocráticas, e dessa forma destacando o profissional contábil como agente facilitador no processo de tomada de decisão empresarial.

Como limitação de pesquisa, destaca-se que a mesma foi realizada em um único escritório de contabilidade localizado na cidade de Natal/RN. Onde nesse contexto sugere-se que, para pesquisas futuras, que seja realizado um comparativo com as percepções de outros escritórios de contabilidade, assim, evidenciando a realidade dos mesmos, que podem ser bastante diferente da que foi exposta nesta pesquisa.

Enfim, enfatiza-se a importância deste estudo no âmbito acadêmico, devido ao SPED, ainda ser é pouco explorado nas instituições de ensino superior, embora já estar em vigor desde 2007. Ressalta-se também, a importância do tema escolhido, por se tratar de uma realidade vivenciada a cada dia na profissão contábil.

REFERENCIAS

BEUREN, Ilsen Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.* In: BEUREN, Ilsen Maria. LONGARAY, André Andrade. RAUPP, Fabiano Maury. SOUZA, Marco Aurélio Batista de. COLAUTO, Romualdo Douglas. PORTON, Rosimere Alves de Bona. Teoria e Prática. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004, NBR 12225:2004. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. ***Ajuste SINIEF 07/05.*** Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/AJ_007_05.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. ***Ajuste SINIEF 08/07.*** Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2007/AJ_008_07.htm. Disponível em: 24 de setembro de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Convênio ICMS 143/06.** Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. ***Decreto 3.000 de 1999. Regulamento do Imposto de Renda – RIR***. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/ImpSobRenPJ.htm http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/rir/Livro2.htm http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/rir/L2Parte2.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. ***Decreto nº 6.022. Institui o Sistema de Escrituração Digital – SPED.*** Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm. Acesso em 12 de junho de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. ***Instrução Normativa nº 787. Institui a Escrituração Contábil Digital.*** Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm. Acesso em 24 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Medida Provisória 2.200-2/2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP- Brasil.** Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/acsrf/MP_ICP_22002.pdf. Acesso em 23 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED. Apresentação**. Disponível em: http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm. Acesso em 12 de junho de 2011.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **SPED. Projeto SPED Contábil.** Disponível em: http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/default.htm. Acesso em 24 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte. **Decreto 13.640 de 1997. Regulamento do ICMS – RICMS.** Disponível em: http://www.set.rn.gov.br/. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte. **Portaria nº 109/08-GS/SET. Relaciona os estabelecimentos obrigados à EFD, a partir de 1º de janeiro de 2009.** Disponível em: http://www.set.rn.gov.br/. Acesso em: 26 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte. **Portaria nº 054/09-GS/SET. Relaciona os estabelecimentos obrigados à EFD, a partir de 1º de janeiro de 2010.** Disponível em: http://www.set.rn.gov.br/. Acesso em: 26 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte. **Portaria nº 090/10-GS/SET. Relaciona grupo de estabelecimentos obrigados à EFD, a partir de 1º de janeiro de 2011.** Disponível em: http://www.set.rn.gov.br/. Acesso em: 26 de setembro de 2011.

BRASIL. Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte. **Portaria nº058/11-GS/SET. Altera a Portaria nº 090/2010-GS/SET, para postergar o prazo de entrega da EFD referente aos meses de janeiro a agosto de 2011.** Disponível em: http://www.set.rn.gov.br/. Acesso em: 26 de setembro de 2011.

Rezende, Denis Alcides. Evolução da Tecnologia da Informação nos Últimos 45 anos. **Revista FAE BUSINESS**, nº 4, dez. 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

Título da pesquisa: Analisar quais os impactos gerados pela implantação do SPED para os Escritórios de Contabilidade.

Senhor (a) Diretor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração da monografia de graduação em Ciências Contábeis de Paloma Slave Maia Fernandes, RG nº 2.258.823, sob a orientação da Profª Esp. Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Por oportuno, agradecemos a vossa preciosa colaboração e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos que se façam necessária.

Profª Esp. Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos – thereza@farn.br – 84 9985-1078

QUESTIONÁRIO

1º Qual sua idade:
( )Entre 18 a 25 anos
( )Entre 26 a 30 anos
( )Entre 31 a 35 anos
( )Entre 36 a 40 anos
( )Acima de 41 anos

2º Qual seu sexo?
( )Masculino.( )Feminino

3º Quanto a sua formação, responda:
( ) Graduação em Ciências Contábeis
( ) Curso Técnico em Contabilidade
( )Outros.
Qual?_____

4º Possui quantos anos de experiência na área fiscal/contábil?
( ) Entre 1 a 5 anos
( ) Entre 6 a 10 anos
( ) Entre 11 a 15 anos
( ) Entre 16 a 20 anos

5º Quantos de seus clientes já emitem Nota Fiscal Eletrônica – NF-e?
( ) Até 25% do total dos clientes.
( ) Entre 26% até 50% do total de clientes.
( ) Entre 51% até 75% do total de clientes.
( ) Entre 76% e 100% dos clientes.

6º Quantos de seus clientes já estão obrigados a entregar Escrituração Fiscal Digital?
( ) Até 25% do total dos clientes.
( ) Entre 26% até 50% do total de clientes.

( ) Entre 51% até 75% do total de clientes.
( ) Entre 76% e 100% dos clientes.

7º Quantos de seus clientes já estão obrigados a entregar a Escrituração Contábil Digital?
( ) Até 25% do total dos clientes.
( ) Entre 26% até 50% do total de clientes.
( ) Entre 51% até 75% do total de clientes.
( ) Entre 76% e 100% dos clientes.

8º Houve dificuldades na parametrização do sistema do cliente devido à empresa desenvolvedora de software não está preparada para atender o SPED?
( ) Sim
( ) Não

9º Houve necessidade de investimento alto em TI (Tecnologia da Informação) para adaptação dos sistemas utilizados pelo escritório de contabilidade?
( ) Sim
( ) Não

10º Houve dificuldades em relação a conhecimentos técnicos do leiaute do arquivo SPED?
( ) Sim
( ) Não

11º Na implantação do SPED, qual dos itens abaixo resultou em maior dificuldade?
( ) Cadastros de clientes e fornecedores.
( ) Cadastros de materiais e produtos.
( ) Integração de sistemas ligados com o ERP versus arquivo SPED.
( ) Outros. _____

12º Você concorda que com a implantação do SPED, poderá ter maior confiança nas informações que a empresa repassa aos órgãos fiscalizadores?
( ) Não.
( )Sim.

13º Você concorda que com a implantação do SPED, será mais difícil omitir receita, e dessa forma poderá diminuir a sonegação fiscal?
( )Não.
( )Sim.

14º Você concorda que com a implantação do SPED, diminuirá a concorrência desleal?
( ) Não.
( ) Sim.

15º Você concorda que o SPED veio para dar inicio a uma nova era tecnológica na contabilidade, onde a transparência nas informações é fator primordial?
( ) Sim
( ) Não

Muito Obrigada pela sua participação!